



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Psicologia

Andréa Gonçalves da Luz

Reflexões sobre o amparo e a angústia no (des) acolhimento aos jovens

Rio de Janeiro

2020

Andréa Gonçalves da Luz

Reflexões sobre o amparo e a angústia no (des) acolhimento aos jovens

Dissertação apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Psicanálise, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Sônia Elisabete Altoé

Rio de Janeiro

2020

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

L979 Luz, Andréa Gonçalves da.
Reflexão sobre o amparo e a angústia no (des) acolhimento institucional aos
jovens / Andréa Gonçalves da Luz. – 2020.
62 f.

Orientadora: Sônia Elisabete Altoé.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto
de Psicologia.

1. Psicanálise – Teses. 2. Abrigos para jovens – Teses. 3. Angústia
(Psicologia) – Teses. I. Altoé, Sônia Elisabete. II. Universidade do Estado do Rio
de Janeiro. Instituto de Psicologia. III. Título.

es CDU 159.964.2

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Andréa Gonçalves da Luz

Reflexões sobre o amparo e a angústia no (des) acolhimento aos jovens

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em Psicanálise e Políticas Públicas, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 15 de maio de 2020.

Banca examinadora:

Prof^a. Pós-doutora Sonia Elisabete Altoé (orientadora)
Instituto de Psicologia – UERJ

Prof.^a doutora Dóris Luz Rinaldi
Instituto de Psicologia – UERJ

Prof^a. doutora Magali Milene Silva
Unifenas – Universidade José do Rosário Vellano

Rio de Janeiro

2020

DEDICATÓRIA

Ao meu querido pai Antônio Lopes (in memoriam), pelo amor incondicional e por ter me ensinado o valor de cada passo dado.

À minha amada filha Maria Clara, por sua paciência e generosidade em aceitar e entender os momentos que precisei me ausentar para estudar e com imenso carinho e doçura me dizia que tudo daria certo.

AGRADECIMENTOS

Ao Paulo, pelo companheirismo e incentivo durante todo o meu percurso acadêmico e de vida.

À minha querida amiga Simone, por estar presente e sempre pronta a me auxiliar em todas as minhas jornadas, pessoal e acadêmica.

À minha querida orientadora Sônia Altoé, por compartilhar tão vasto conhecimento no campo de acolhimento institucional e por ser paciente e delicada durante todo o meu percurso.

Ao Sandro e a Cássia, colegas de formação acadêmica, pelo incentivo durante este processo.

À Josilaine e Mônica, por me acolherem na VIJI e por disponibilizarem tempo para me auxiliar com informações tão preciosas e fundamentais para que a pesquisa pudesse existir.

À Manoela, por me apresentar o cotidiano no serviço de acolhimento institucional.

As Professoras Doutoras Magali Mileni e Dóris Rinaldi, por acolherem o convite para compor essa banca.

Ao professor Luciano Elia, por me apresentar uma psicanálise acessível a todos.

Ao Professor Paulo Mattos, por me auxiliar nos bastidores desta pesquisa.

Aos professores desta instituição, que muito contribuíram para a minha formação acadêmica.

Aos jovens acolhidos que a partir de suas histórias, apresentaram-me um outro lado da vida que jamais sonhei existir, despertando-me o desejo em contribuir para que haja uma mudança.

E a todos que indiretamente fizeram parte deste momento, torcendo para que eu pudesse dar mais um passo adiante.

Quando, seu moço, nasceu meu rebento
Não era o momento dele rebentar
Já foi nascendo com cara de fome
E eu não tinha nem nome pra lhe dar
Como fui levando, não sei lhe explicar
Fui assim levando ele a me levar
E na sua meninice ele um dia me disse
Que chegava lá,
Olha aí, olha aí
Olha aí, aí o meu guri, olha aí
Olha aí, é o meu guri
E ele chega
Chega suado e veloz do batente
E traz sempre um presente pra me encabular
Tanta corrente de ouro, seu moço
Que haja pescoço pra enfiar
Me trouxe uma bolsa já com tudo dentro
Chave, caderneta, terço e patuá
Um lenço e uma penca de documentos
Pra finalmente eu me identificar
Refrão
Chega no morro com o carregamento
Pulseira, cimento, relógio, pneu, gravador
Rezo até ele chegar cá no alto
Essa onda de assaltos tá um horror
Eu consolo ele, ele me consola
Boto ele no colo pra ele me ninar
De repente acordo, olho pro lado
E o danado já foi trabalhar
[...]
Chico Buarque

RESUMO

LUZ, Andréa Gonçalves da. *Reflexão sobre o amparo e a angústia no (des) acolhimento aos jovens*. 2020. 62 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Psicanálise e Políticas Públicas) – Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

Esta dissertação busca trazer à reflexão os impasses do desacolhimento¹ de jovens, que viveram por longos anos em abrigos institucionais e ao completarem a maioridade, sem referências sociais e um local para residir após o desligamento institucional, deparam-se com a escassez de políticas públicas e programas de acompanhamento que favoreçam a inserção social, tais situações podem reativar lembranças traumáticas de separações e abandonos vividos por esses jovens. Frente a este cenário, foi possível desenvolver essa pesquisa utilizando como base teórica os estudos de Freud sobre o desamparo original e a angústia na segunda tópica, que comparece como um sinal frente a reação de um perigo eminente, remontando a cena de uma situação primordial da vida do ser humano. Em meio a este processo, foi possível observar que a desinstitucionalização de jovens acolhidos, os remetem a rememoração dos abandonos vividos, evocando a angústia gerada pelo desamparo. Ressaltamos também nesta dissertação, o importante papel das equipes técnicas no desenvolvimento de ações, que possibilitem a autonomia do jovem e a primordialidade na construção de um trabalho em rede.

Palavras chaves: Amparo. Angústia. Desacolhimento Institucional. Psicanálise.

¹ O termo desacolhimento institucional se refere ao processo de desligamento do acolhido ao completar a maioridade, esse termo recentemente passou a ter um uso corrente nos abrigos e nas Varas de Infância e Juventude.

ABSTRACT

LUZ, Andréa Gonçalves da. *Reflections about the protection and the anxiety on youth's hosting and withdrawal*. 2020. 62 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Psicanálise e Políticas Públicas) – Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

This dissertation aims to bring into light, the youth's withdrawals who have lived for long years in institutional shelters, and as they have got into adulthood, without social references and a place to live after the process of getting out of institution, face themselves with the lack of public policies and monitoring programs which favor their social insertion. Such situations may bring back traumatic abandoning and breaking up lived by these young people. In view of this scenario, it was possible to develop this research, using as theoretical basis, Freud's studies about the original helplessness, and anxiety in the second theory, which appear as a sign before the reaction of an impending danger, recreating the scene of primary situation in a human being's life. In view of this process, it was possible to observe that the institutional getting out of hosted youth, lead them to bring the abandonment into mind, evoking the anxiety which was born by the helplessness. We also emphasize in this dissertation, the important role of technical teams in the implementation of actions that make it possible the youth's autonomy and the construction of a priority teamwork.

Keywords: Psychoanalysis. Protection. Anxiety. Children's shelter.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - O cabeça de porco.....	18
Figura 2 - A roda dos expostos.....	20
Figura 3 - Primeiro esquema freudiano do aparelho psíquico.....	31
Figura 4 - Primeiro esquema freudiano do aparelho psíquico.....	32
Figura 5 - Terceiro esquema freudiano do aparelho psíquico	32

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CT	Conselho Tutelar
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
DPCA	Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FEBEM	Fundações Estaduais de Bem-Estar do Menor
FUNABEM	Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor
VIJI	Vara da Infância, da Juventude e do Idoso
SAM	Serviço de Assistência ao Menor

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 PERCURSO HISTÓRICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DESTINADAS À INFÂNCIA E À ADOLESCÊNCIA NO BRASIL	15
1.1 Psicanálise em instituição de acolhimento ao adolescente	25
2 CONSIDERAÇÕES SOBRE O DESAMPARO EM FREUD	29
2.1 A Teoria da angústia em Freud: Primeira e segunda tópica.....	39
3 DESACOLHIMENTO INSTITUCIONAL OU ABANDONO?	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
REFERÊNCIAS	60

INTRODUÇÃO

O presente estudo se propõe a fazer uma reflexão sobre o desamparo e a angústia em adolescentes, que vivem abrigados em Centros de Acolhimento Institucional por determinação judicial.

Para delimitarmos o nosso campo de pesquisa, destacamos as situações que são recorrentes dentro destes estabelecimentos e que podem gerar angústia, como o afastamento do jovem de seu núcleo familiar, a inconstância dos laços afetivos na vida dos abrigados e o desacolhimento institucional por maioria.

Para melhor compreensão do meu percurso no serviço de acolhimento, farei um breve relato sobre a minha trajetória até a formalização da pesquisa neste campo.

Sou graduada em psicomotricidade, resido na baixada fluminense desde 2010 e em atenção as dificuldades que o local apresenta com a escassez de políticas públicas à infância e a juventude, tive a iniciativa de criar um projeto de educação psicomotora para atender alunos da rede pública, matriculados na primeira fase do ensino fundamental.

A proposta baseava-se em uma atuação com alunos que apresentavam déficits cognitivos decorrentes de distúrbios psicomotores. Os atendimentos eram semanais com a duração de 40 minutos em caráter individual.

Os encaminhamentos partiam diretamente das escolas pelos orientadores pedagógicos, que tomaram conhecimento do projeto através de visitas que realizei nas instituições de ensino. A partir de então, era agendada uma entrevista inicial com os responsáveis para a anamnese e a realização de uma avaliação psicomotora, para a elaboração do plano terapêutico a ser trabalhado com a criança em parceria com a escola e a família, objetivando a evolução de suas habilidades cognitivas, para auxiliar no processo de aprendizagem.

No desenvolvimento do projeto, constatei que havia um outro tipo de demanda vindo destas crianças, que também implicava em seu processo de evolução cognitiva e psicomotora. Algumas crianças traziam em seus relatos e nas atividades de produções artísticas, situações de negligência e maus tratos por parte de seus familiares, sendo que alguns casos já estavam em processo de acompanhamento pelo conselho tutelar.

Após um ano de atuação neste projeto, iniciei os atendimentos de Karen², uma jovem de 16 anos de idade que estava em acolhimento institucional. Seus relatos traziam lembranças de uma infância de muita violência e diversas passagens pelos abrigos do Rio de Janeiro,

² Nome fictício.

estando naquele momento acolhida em São João de Meriti. Os atendimentos seguiram por um período de aproximadamente três meses, quando a jovem evadiu do abrigo e após um ano retornou de forma espontânea ao serviço de acolhimento em outro município da baixada fluminense³.

Os atendimentos com esta jovem, despertaram questões sobre a recorrência de casos semelhantes, dando início a essa pesquisa de mestrado, tendo como recorte a vivência dos adolescentes em abrigos, desde o seu ingresso através da Vara da Infância, da Juventude e do Idoso (VIJI), até o seu desligamento por maioridade.

Tomada pelo desejo de um conhecimento mais apurado neste campo, uma vez que o tema sobre a angústia dos acolhidos me suscitara inquietações e muitos questionamentos, procurei o Conselho Tutelar (CT) da região, com o propósito de compreender o funcionamento do serviço de acolhimento e contribuir com intervenções dentro do meu campo de atuação.

O conselheiro que estava de plantão naquele dia, explicou-me sobre as condições dos abrigos, as demandas de encaminhamentos e a grande incidência de casos, que são maiores do que na capital, dada a extensão territorial do município. Estas informações foram suficientes para que eu me decidisse em uma atuação mais significativa dentro do município, pois além de ter um projeto na comunidade, sou moradora local, desejosa de contribuir no desenvolvimento social da região.

Porém em meio a esse processo de novas descobertas e bastante motivada a trilhar nesta direção, deparei-me com as limitações de minha formação acadêmica, percebendo a necessidade de uma articulação teórica com a psicanálise, cuja contribuição faz-se valiosa para o desenvolvimento desta pesquisa e de minha prática clínica.

A minha formação psicanalítica já estava em curso há cerca de 2 anos em uma escola do Rio de Janeiro, participava ativamente de um grupo de estudos sobre a angústia a partir dos estudos de Freud e Lacan, quando senti-me desejosa em buscar subsídios teórico-conceituais que me orientassem na pesquisa que intencionava formalizar.

Determinada nesta direção, iniciei a busca por uma linha de pesquisa em algumas universidades, que tivesse como foco o estudo sobre crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, nesta busca, tomei conhecimento das pesquisas realizadas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), pela Prof.^a Dr.^a Sônia Altoé⁴, cujo livro *Infâncias perdidas* (1990), já havia lido, despertando-me ainda maior interesse pelo tema. Em

³ O acesso a esta informação ocorreu durante o meu estágio na VIJI.

⁴ Linha de pesquisa: Equipamentos Sociais, Universidade e Psicanálise: Acolhimento de crianças e adolescentes e as (re) construções de históricos e filiações

abril de 2017 iniciei o mestrado profissional, fazendo um entrelaçamento entre abrigo, Vara de Infância e Universidade.

Posso dizer que a cada encontro com a minha orientadora, meu interesse aumentava e recebia um turbilhão de informações que tive dificuldades em processar inicialmente, dada a complexidade do tema sobre o acolhimento e os vários atravessamentos existentes. Mas aos poucos, com a minha dedicação e com a tranquilidade e generosidade em compartilhar tão vasto conhecimento nesta área, Sônia me auxiliou durante os encontros de orientações, em seguir com minha pesquisa de campo no abrigo para adolescentes e na VIJI, ambos localizados no município de São João de Meriti.

No Centro de acolhimento institucional, pude participar das reuniões de supervisão com os educadores sociais, na elaboração de projetos com os adolescentes e no acompanhamento dos casos de desacolhimento por maioria.

Na VIJI, a equipe técnica demonstrou um grande interesse pelo objeto desta pesquisa e me apresentou um rico material para auxiliar na tessitura desta dissertação, compartilhando saberes, disponibilizando tempo para orientações e estudos dos processos em arquivo, referentes ao ingresso de crianças ou jovens ao serviço de acolhimento e a desinstitucionalização, bem como a autorização para a minha participação nas audiências concentradas.

A estrutura desta dissertação está organizada em três capítulos, os dados para a sua composição foram colhidos a partir do referencial teórico baseado nos estudos de Freud, sobre o desamparo e a angústia e de autores que pesquisam este tema, além de reuniões nos abrigos e na VIJI.

A composição de cada capítulo seguiu de acordo com as questões que iam surgindo. Como tratar o tema sobre o abandono sem conhecer a sua origem? Partindo deste questionamento, pareceu-me importante no primeiro capítulo fazer um levantamento histórico sobre o surgimento e o crescimento da população que vive no quadro de vulnerabilidade social e a construção de políticas públicas que os atende, resalto ainda neste capítulo, a importância da psicanálise em centros de acolhimentos institucionais, tanto para a implantação de um dispositivo de supervisão para a equipe técnica e educadores, como na criação de um espaço de escuta para os acolhidos.

Durante o desenvolvimento deste capítulo, foi muito triste constatar que o abandono no Brasil, tem um histórico marcado desde a sua colonização, assim como tomar conhecimento sobre a forma como foram criadas as políticas públicas de amparo às famílias, que se encontram em estado de vulnerabilidade social.

Conforme mencionei nas considerações finais desta dissertação, a minha impressão, é que, as políticas públicas de atendimento a esta população, são criadas para uma atuação emergencial e não na construção de programas de ações preventivas, que denotem interesse em viabilizar recursos para que não haja a necessidade de um ser humano, chegar ao estado de flagelo, para ser inserido em programas sociais.

No segundo capítulo, iniciaremos a discussão teórica partindo dos estudos de Freud sobre o desamparo como constituinte do aparelho psíquico, utilizando como base os estudos realizados no *Projeto para uma pesquisa científica* (1950 [1895]) e a contribuição de autores da psicanálise e da psicomotricidade que pesquisam este tema. Em seguida, abordaremos os estudos de Freud sobre a teoria da angústia na primeira e na segunda tópica, com maior desdobramento na segunda tópica, a partir da reformulação que ele faz da teoria, situando a angústia como sinal, preparando o Eu para um perigo eminente, remontando uma situação primordial da vida do ser humano vivenciada pela separação do objeto materno.

É importante ressaltar, que a criança recém nascida no discurso psicanalítico, vive um desamparo que é estrutural. Com base neste desdobramento, analisaremos as implicações que poderão ocorrer na construção do psiquismo, durante este processo inicial da relação dual mãe-bebê, tratado por Freud no *Projeto para uma pesquisa científica* (1950 [1895]).

No último capítulo, discutiremos sobre o desacolhimento por maioria e a escassez de políticas públicas para egressos e o quanto esse processo de desligamento institucional pode suscitar no surgimento da angústia, fazendo o jovem reviver a repetição de situações de desamparo social e psíquico.

1 PERCURSO HISTÓRICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DESTINADAS À INFÂNCIA E À ADOLESCÊNCIA NO BRASIL

Neste capítulo, faremos uma breve explanação sobre o surgimento das políticas públicas de atenção à infância e à juventude, que foram desenvolvidas no Brasil, ressaltando no percurso histórico, as práticas institucionais de acolhimento e seus percalços ao longo do tempo.

Apresentaremos de maneira sucinta o desenvolvimento das práticas de assistência à criança, desde o Brasil colonial até a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como o surgimento do sentimento de infância, que fora construído paulatinamente de acordo com a evolução da sociedade.

O sentimento de infância segundo o historiador francês Philippe Áries, é uma construção social marcada por uma difícil trajetória. Ele afirma que “[...] o mundo medieval ignorava a infância. O que faltava era qualquer *sentiment de l'enfance*, ‘qualquer consciência da particularidade infantil’, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem” (ARIÈS, 1981, p. 23).

A sociedade medieval não tinha uma compreensão sobre o período transitório entre a infância, a adolescência e a idade adulta, as crianças trajavam-se com o mesmo estilo de roupas, participavam dos mesmos eventos sociais e eram expostas a situações que hoje, consideramos de grande risco para a sua constituição subjetiva.

Ariès ressalta, que o sentimento de infância ocorre em torno do século XIII e XIV de forma gradativa, neste período, as imagens das crianças começam a surgir em quadros religiosos representados pelas figuras de anjos. A pesquisa de Ariès fundamentou-se na análise iconográfica de materiais produzidos entre os séculos XII e XVII.

No que concerne a construção do sentimento de infância no Brasil, o seu marco de transformações cruciais ocorreu partir do século XVI, quando os portugueses que aqui chegaram implantaram seus costumes aos habitantes desta terra. Parte da tripulação dos navios que vieram de Portugal, era composta por crianças que viviam nas ruas, sobrevivendo dos pequenos furtos que faziam no porto, vieram com os primeiros padres jesuítas para auxiliarem na catequese, difundindo nas terras recém-descobertas os preceitos da religião católica, a transmissão da língua portuguesa e os costumes europeus.

Com a colonização, os povos indígenas foram escravizados, submetidos a trabalhos árduos, sendo desapropriados de sua cultura e crença. Compulsoriamente passaram a integrar um projeto de expansão do catolicismo pelas Américas. Para a conversão ao catolicismo, as

crianças eram afastadas dos seus familiares, pois os costumes ligados a cultura indígena, eram vistos como prejudiciais a esse processo “educacional” nos moldes europeus.

A educação não tinha apenas um cunho religioso, as crianças tinham que ser preparadas para uma atuação nos engenhos, como trabalhadores, pois havia uma carência de mão de obra. A resistência indígena a essas práticas, era vista e justificada como “preguiça”, como pode ser observado na citação abaixo:

A mais preguiçosa gente que se pode achar, porque desde pela manhã até a noite, e toda a vida, não tem ocupação alguma: tudo é buscar de comer, estarem deitados em redes; “gente” afeminada, fora de todo o gênero de trabalho; “gente” indolente, que não se importa com nada, deitando o dia todo, preguiçosamente, nas suas moradias, e nunca saindo para outras regiões, exceto para procurar viveres (KINIEVET, 1978 apud SOUZA, 2000, p.16).

Neste período muitos índios foram mortos, pois tentavam resistir à violenta ocupação de suas terras e cultura, eram considerados povos perigosos e portanto, a única punição possível, era a sua não existência, motivo pelo qual, algumas tribos foram dizimadas e consequentemente houve um aumento de crianças órfãs.

Com a inadaptação dos índios aos costumes europeus, no séc. XVI, inicia-se a chegada de escravos negros dos países africanos. Estes ao aportarem no Brasil, eram separados de seu grupo linguístico e misturados com os de outras tribos para que não pudessem se comunicar, desarticulados, mostraram-se mais submissos do que os índios, pois não tinham para onde fugir; longe do seu povo e da sua cultura, estavam totalmente enfraquecidos e dominados.

Segundo Faleiros (2004, p. 3), “As crianças escravas eram separadas de suas mães, muitas vezes logo após o parto”, eram tidas como objetos que poderiam ser comercializadas, visto que “a criação de crianças escravas era mais cara que a importação de um escravo adulto, já que com um ano de trabalho o escravo pagava o seu preço de compra”. A criança escrava ocupava o lugar de um animal de estimação, eram chamadas pela sociedade branca de crias.

A abolição no Brasil aconteceu gradativamente, em meio a vários movimentos em prol da libertação dos escravos composta por militantes de diferentes classes sociais, criaram-se leis, que tinham como objetivo trazer melhores condições aos cativos. São elas:

- a) Lei Eusébio de Queiroz – Lei nº 581 (4 de setembro de 1850), decreta o fim do tráfico de escravos pelos navios negreiros.
- b) Lei do ventre livre – Lei nº 2040 (28 de setembro de 1871), concedia liberdade aos filhos de escravos nascidos a partir desta data.

- c) Lei dos sexagenários – Lei nº 3270 (28 de setembro de 1885), garantia a libertação de escravos a partir dos 60 anos de idade, em uma época em que a estimativa de vida era de aproximadamente 40 anos de idade.

No dia 13 de maio de 1888, após mais de 300 anos de escravidão nas terras brasileiras, foi decretada a libertação dos escravos, por forte pressão internacional que via na escravidão um atraso para o desenvolvimento do capitalismo e pelos movimentos internos em prol das causas abolicionistas. A lei de nº 3353, mais conhecida como Lei Áurea, resume em dois artigos séculos de barbárie:

Art. 1º: É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil.

Art. 2º: Revogam-se as disposições em contrário.

Com a abolição da escravatura os negros recém-libertos ficam pelas ruas sem rumo e sem teto, as crianças negras são abandonadas a própria sorte. Em meio a este cenário, a desigualdade social torna-se marcadamente expressiva, figurando o crescente empobrecimento. As crenças religiosas e as expressões culturais de matriz africana, tornam-se crimes, motivo de grande vigilância.

Em 1888, com o fim da escravidão, não foram criadas políticas públicas que favorecessem essa nova população. Joaquim Nabuco e André Rebouças, criaram projetos voltados para a organização dos meios de sobrevivência para os ex-escravos, agregando moradias, trabalhos, assistência educacional e médica, projetos que foram vetados na Câmara dos Vereadores da capital.

Com a chegada dos imigrantes europeus ao Brasil no século XIX, a construção das estradas de ferro, a urbanização de cidades, a agricultura e a fundação de indústrias impulsionando a economia, tornou-se muito difícil o processo de integração social e de readaptação ao mercado de trabalho pelo liberto, que passa pela transformação de mão de obra compulsória, a mão de obra assalariada. Para sobreviver, “O povo negro tornou-se diarista, boia-fria, compondo o mercado informal de trabalho. Os vendedores ambulantes multiplicaram-se. Os negros vendiam o que pudessem produzir, como verduras, legumes, doces, salgados etc” (BATISTA, 2006, p. 46).

Houve um aumento na preferência da contratação de imigrantes, preterindo a mão de obra de ex-escravos para trabalhos remunerados, o que acentua consideravelmente a exclusão da população negra, que sem recursos, teve que migrar para a periferia.

Alguns viviam pelas ruas fazendo pequenos furtos e quem conseguia algum trabalho, passou a morar nos cortiços que se multiplicaram pelos entornos da Capital. Tamanha foi a sua expansão que pôde ser eternizado na obra de Aluísio de Azevedo⁵, como um personagem vivo e assombroso.

[...] naquela terra encharcada e fumegante, naquela umidade quente e lodosa, começou a minhocar, a esfervilhar, a crescer, um mundo, uma coisa viva, uma geração que parecia brotar espontânea, ali mesmo, daquele lameiro, e multiplicar-se como larvas no esterco. (AZEVEDO, 1890, p. 15).

Neste romance, o autor descreve de forma poética a rápida transformação do quadro social na cidade de São Paulo. Das mansões que não se sustentaram sem a mão de obra escrava, surgem os cortiços, acomodando várias pessoas em um só quarto, em condições insalubres e promíscuas. O mais conhecido situava-se na região portuária do Rio de Janeiro, chamado de “o cabeça de porco”, assim nomeado por ter em seu portal um adorno de cabeça de suíno. Residiam neste cortiço cerca de 4 mil pessoas, excedendo a sua capacidade de acomodações.

Houve inúmeras tentativas em derrubar o cabeça de porco, mas por muitos anos fora um símbolo de resistência, sendo desativado em 1893 pelo prefeito Cândido Barata Ribeiro, para a construção do túnel João Ricardo.

As pessoas que ali residiam migraram para a Travessa Felicidade, constituindo a primeira comunidade denominada “Morro da Favela”, assim conhecida em virtude da planta *Cnidoscolus quercifolius*, popularmente chamada de favela, que encobria a região.

Figura 1 - O cabeça de porco



Fonte: Museu do Amanhã (foto de Marc Ferrez)

⁵ O cortiço, romance naturalista publicado no ano de 1890

O Cabeça de Porco — assim como os cortiços do centro do Rio em geral — era tido pelas autoridades da época como um “valhacouto de desordeiros”. Diante de tamanho aparato repressivo, todavia, não parece ter havido nenhuma resistência mais séria por parte dos moradores à ocupação da estalagem. De qualquer forma, segundo o relato da Gazeta de Notícias, ocorreram algumas surpresas. Os esforços se concentraram primeiramente na ala esquerda da estalagem, a que estaria supostamente desabitada havia cerca de um ano. Os trabalhadores começavam a destelhar as casas quando saíram de algumas delas crianças e mulheres carregando móveis, colchões e tudo o mais que conseguiam retirar a tempo. Terminada a demolição da ala esquerda, os trabalhadores passaram a se ocupar da ala direita, em cujas casinhas ainda havia sabidamente moradores. Várias famílias se recusavam a sair, se retirando quando os escombros começavam a chover sobre suas cabeças. Mulheres e homens que saíam daqueles quartos “estreitos e infectos” iam às autoridades implorar que “os deixassem permanecer ali por mais 24 horas”. Os apelos foram inúteis, e os moradores se empenharam então em salvar suas camas, cadeiras e outros objetos de uso. De acordo com a Gazeta, porém, “muitos móveis não foram a tempo retirados e ficaram sob o entulho”. Os trabalhos de demolição prosseguiram pela madrugada, sempre acompanhados pelo prefeito Barata. Na manhã seguinte, já não mais existia a célebre estalagem Cabeça de Porco (SIDINEY CHALHOUB, 1996, p. 19).

A imprensa saudou Barata Ribeiro pelo grande feito. Em meio aos escombros do símbolo de resistência, não havia mais o que se construir, os moradores do cabeça de porco, seguem para novas construções bem ali pertinho, um local hoje conhecido como morro da providência, dando início a uma nova era, a favelização.

Remontando o passado, podemos perceber que na história do Brasil Colonial, as crianças indígenas, negras e brancas rejeitadas, tiveram um período marcado por grande sofrimento e violência. Passaram por trajetórias difíceis durante os processos civilizatórios que tiveram início na colonização do Brasil. Conforme a descrição do cenário retratado ao longo deste capítulo, podemos perceber que o abandono infantil consta de longa data.

[...] todo o período colonial e ao longo do primeiro e segundo Impérios, não tivemos no País Instituição Política que atendesse a chamada infância desvalida. Na divisão do Trabalho Social essa tarefa, historicamente, coube em primeiro lugar à Igreja. Santas Casas de Misericórdia, irmandades, congregações e confrarias formaram o conjunto de obras de benemerência com que, durante os quatro primeiros séculos de nossa evolução histórica, o Brasil enfrentou a chamada “questão do menor” (GRACIANI, 1998, p.12).

A Igreja Católica passa a ser a primeira instituição assistencial, prestando atendimentos por intermédio das Santas Casas de Misericórdia a todos que estavam em condições de desamparo como, doentes, pobres, idosos, crianças órfãs, viúvas, dentre outros. No século XVIII, devido à grande incidência de crianças que eram abandonadas ao nascer, foi implantado um dispositivo que ficou conhecido como a “roda dos expostos”⁶, ou “roda dos enjeitados”, como também era conhecida. Surgiram na Europa no século XVI, chegando ao Brasil no século

⁶ Mecanismo em forma de tambor ou portinhola giratória, embutido numa parede, era construído de tal forma que aquele que expunha a criança não era visto por aquele que a recebia.

XVIII através das Santas Casas de Misericórdia. O tema recorrente sobre as formas de abandono e o número de mortes, gerava um constrangimento social, assim, sob um cunho caritativo tratou-se de criar recursos para encobrir tal situação, com a finalidade de acolher crianças pobres, rejeitadas e órfãs.

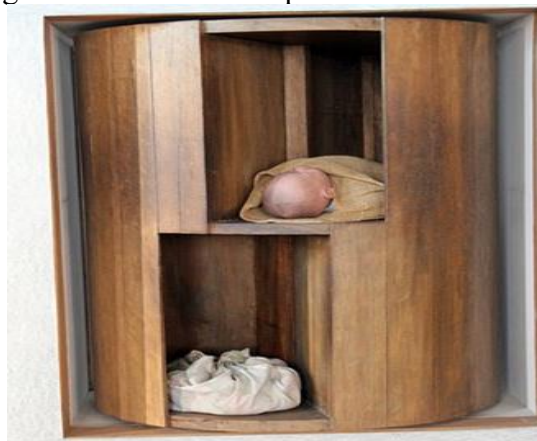
O primeiro estado brasileiro a aderir o uso da roda, foi Salvador, no ano de 1726, através de recursos doados por um rico comerciante baiano chamado João de Mattos de Aguiar. A segunda roda foi posta no estado do Rio de Janeiro, em 1738, por Romão Duarte que em testamento deixou o seguinte registro:

Tendo em vista a lástima com que perecem algumas crianças enjeitadas nesta cidade, porque umas andam de porta em porta, aos boléus, até que morrem, e outras se acham mortas pelas calçadas, e praias, por não haver quem as recolha [concorro] com uma esmola e doação para a criação, alimento, e remédio desses inocentes, por atender que será do divino agrado esse sufrágio e benefício por sua alma (VENÂNCIO, 2004, p. 46).

As rodas foram fixadas em conventos e Casas de Misericórdia. Quando um bebê era deixado no interior da roda, soava-se uma campainha para que a rodeira pudesse buscá-lo. Nestas instituições, as crianças eram cuidadas e educadas, com sorte conseguiam ser adotadas por famílias estereis ou famílias beneméritas, mas não tinham direito à herança, as que completavam sete anos de idade e ainda não haviam conseguido um lar, eram enviadas para o mercado de trabalho como aprendizes para terem uma ocupação. Muitas foram submetidas a duras condições de trabalho. Segundo Marcílio:

A roda dos expostos foi uma das instituições brasileiras de mais longa vida, sobrevivendo aos três grandes regimes de nossa história. Criada na Colônia, perpassou e multiplicou-se no período imperial, conseguiu manter-se durante a República e só foi extinta definitivamente na recente década de 1950. Sendo o Brasil o último país a abolir a chaga da escravidão, foi ele igualmente o último a acabar com o triste sistema da roda dos enjeitados (MARCÍLIO, 2016, p.51).

Figura 2 - A roda dos expostos



Fonte: Museu da Misericórdia

A implantação da roda dos expostos veio com o objetivo de diminuir o índice de abandono e mortalidade infantil. Pode-se dizer que foi o primeiro sistema institucional de acolhimento à criança, com uma estrutura assistencial que envolvia tanto a Igreja, quanto a sociedade, pois contava com amas de leite, internamento, educação, adoções, inserção no mercado de trabalho e casamentos para as moças.

Com a extinção da roda dos expostos, houve um crescimento do número de crianças e adolescentes que passaram a viver nas ruas, gerando um grave problema social, uma exposição da miséria e criminalidade que se expandia pelas ruas, sendo necessário criar medidas emergenciais para conter o aumento da violência. Como podemos ver na citação abaixo, houve uma brusca mudança no panorama social da época.

[...] da noite para o dia (surgia), uma perigosa malta de pessoas marginalizadas que ameaçavam a ordem vigente, seja como massa ativa nos constantes motins urbanos, seja no exemplo negativo de um extrato que não vivia do trabalho “honesto”. No interior dessa malta, destacava-se, pela primeira vez, o grupo de crianças e adolescentes. No período anterior, eram pouco visíveis, pois as crianças tinham como destino as Casas dos Expostos e os adolescentes trabalhavam como escravos (PEREIRA, 1994, p. 38).

Com a agravação deste quadro, fruto da transição econômica e a industrialização no Brasil (década de 1920), gerando o crescimento urbano, começam as discussões sobre a criação de leis voltadas para a assistência e proteção à infância. As cidades não tinham condições de comportar tanta gente, em especial São Paulo que estava em pleno desenvolvimento, a criação de indústrias e fábricas, leva a população rural a residir nos grandes centros a procura de trabalho e moradia.

O início do século XX, foi marcado por um cenário político e social bastante conturbado, com lutas sociais do proletariado, desencadeando reformas em vários âmbitos, sobretudo no que tange as classes menos favorecidas (mulheres e crianças). Temos como exemplo, a greve geral de 1917, resultando na criação do Comitê de Defesa Proletária, com várias reivindicações, dentre elas a proibição do trabalho para menores de 14 anos e a abolição do trabalho noturno de mulheres e de menores de 18 anos.

Em 1927, foi sancionado o primeiro Código de Menores, chamado “Código Mello Mattos⁷”, que fixou a menoridade em 18 anos. Tinha como objetivo estabelecer diretrizes para uma atuação no campo da infância e juventude, visando somente aqueles que estavam em um quadro de exclusão social. Pautava-se na regulamentação do trabalho infantil, tutela e pátrio poder, delinquência e liberdade vigiada. Tamanha foi a importância da Roda dos Expostos, que

⁷ Primeiro Juiz de menores da América Latina.

o Código de Menores dedicou-lhe um capítulo inteiro, mantendo a possibilidade do anonimato na entrega da criança.

Com as discussões para sanar as questões ligadas à infância, constatou-se que a melhor solução seria a internação para a correção de comportamentos inadequados, que naquele período era considerado um quadro decorrente de herança genética e acreditava-se que o afastamento da família nuclear inserindo a criança em um espaço institucional disciplinar, seria a melhor solução para a restauração de caráter.

O Código de Menores, de 1927, foi utilizado nessa época como firme propósito de afastar as crianças de seu meio sociofamiliar. A possibilidade de perda do “pátrio poder” pela impossibilidade ou incapacidade, inclusive financeira, dos pais, permitia que o juiz encaminhasse a criança e o adolescente a instituições de internação (COUTO, 1998, p. 30).

Com o Código Mello Mattos, a criança em situação de abandono, empobrecimento e orfandade, recebe a denominação de “menor”. A partir da necessidade do afastamento familiar para iniciar um processo de reeducação das crianças, os internatos começam a ser construídos.

No ano de 1941, período de grande poder e autoritarismo do Estado Novo, foi criado o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), vinculado ao Juízo de Menores do Ministério da Justiça. Atuava como um sistema de atendimentos diferenciados para quem praticasse atos infracionais e/ou menor carente, conforme citação:

A orientação do SAM é, antes de tudo, correccional-repressiva, e seu sistema baseava-se em internatos (reformatórios e casas de correção) para adolescentes autores de infração penal e de patronatos agrícolas e escolas de aprendizagem de ofícios urbanos para os menores carentes e abandonados (SARAIVA, 2005, p. 43).

Após 30 anos de atuação, os serviços do SAM foram suspensos devido às fortes críticas sobre suas práticas repressivas, sendo substituído no ano de 1964, pela Fundação Nacional de Bem Estar do Menor (FUNABEM), nos estados foram criadas as Fundações Estaduais de Bem-Estar do Menor – FEBEMs. Segundo Heywood⁸,

A criança abandonada, fruto do processo de marginalização social que alcançava parte significativa da população urbana, era, a época, vista como um ser “doente” que necessita de “tratamento”, por isso alvo da ação corretiva da FUNABEM, com finalidade de reintegrá-lo ao convívio social e reeducá-lo, por meio de técnicas de controle e repressão, antes que se tornasse delinquente. A FUNABEM surge, portanto, como uma instituição que estava a serviço da manutenção dos valores dominantes, segundo um modelo de segurança e desenvolvimento propagado pelo regime militar. A estrutura institucional construída pelo regime militar para o atendimento da infância e adolescência revela que as FEBEMs forjavam uma identidade social para o “menor”, o qual era percebido de forma ambígua. A condição de “marginalidade” trazia inscrita em si a imagem do abandono, do desamparo, da mendicância e da criminalidade. As

⁸ Heywood, Colin. Uma história da infância: da idade média à época contemporânea no ocidente. Porto Alegre: Artmed, 2004.

FEBEMs congregam em um mesmo espaço a infância abandonada e a infratora. Ao comentar a sequência de imagens dicotômicas a respeito da infância ao longo da história. (FUNDAÇÃO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA, 2014).

A FUNABEM tinha como proposta a implantação da política nacional do bem-estar do menor, com a pretensão de garantir a proteção, a recuperação e a reintegração do mesmo à sociedade. Revelou-se no entanto, uma outra face, refletindo nas internações em estabelecimentos fechados e violentos. Altoé em seu livro *Infâncias perdidas* (1990), traz em seu relato situações de violência física e moral vivida pelos internos dessa época.

O que mais me surpreendeu foi descobrir que davam “castigo geral”, por falta de funcionário ou simplesmente para poderem descansar após o jantar. Ao invés de recolher as crianças para o dormitório às 20 horas, conforme o regulamento, com enorme frequência recolhiam às 18h30min para escovar os dentes, colocá-los sentados de castigo no corredor e para dormir. Parece que é um exercício cotidiano de submissão e de culpa — “sempre fazem algo errado que merece castigo” (ALTOÉ, 2008, p. 93).

A FUNABEM foi extinta, por apresentar condições de insalubridade e ações de extrema violência física e psíquica sofrida pelos internos.

No ano de 1979, foi promulgado o novo Código de Menores, lei nº 6.667/79 em substituição do Código Mello Mattos de 1927. Nele institui-se a Doutrina do Menor em situação irregular que abrange os casos de abandono, prática de infração penal, desvio de conduta, falta de assistência ou representação legal, entre outros.

Na década de 1980, o país passa por um processo de redemocratização, culminando na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, sendo conhecida como Constituição Cidadã, por ter sido concebida em um momento de grande mudança política no país, dando fim a uma era marcada pela ditadura militar (1964-1985).

No dia 13 de julho de 1990, foi instituído o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), pela Lei 8.069, a partir de então, se estabelece uma inovação no que se refere à proteção integral como estratégia de proteção, quando há ocorrência de risco de vida, violência, abandono ou qualquer outra forma de violação de direitos.

Com a criação do ECA, crianças e adolescentes brasileiros, sem distinção de raça, cor ou classe social, passam a ser reconhecidos como sujeitos de direitos e deveres. São considerados pessoas em desenvolvimento, a quem se deve prioridade absoluta do Estado.

É importante destacar que segundo o ECA, o acolhimento institucional é uma medida de proteção especial, de caráter provisório e excepcional sem privação de liberdade. Sua principal função está pautada na preparação gradativa da criança ou adolescente para a reintegração familiar ou adoção.

Com base no ECA, o acolhimento institucional deve ser o último recurso, pois o afastamento pode trazer profundas implicações tanto para a criança, quanto para a família e deve ser feito de forma a minimizar prejuízos ao seu processo de desenvolvimento.

Segundo a lei, deve ser priorizado a reinserção familiar, quando não há nenhuma possibilidade, o ECA prevê que a criança ou adolescente seja colocado em uma família substituta (guarda, tutela ou adoção). A instituição de acolhimento é a última alternativa e a estadia deve ser provisória segundo o artigo 100, parágrafo único, inciso X.

Cada município deve ter no mínimo um Conselho Tutelar, sendo composto por cinco membros, eleitos pela comunidade daquela região, cuja função é a de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e adolescente, segundo o ECA.

Quando uma criança ou adolescente pratica um ato infracional, estará passível de sofrer sanções específicas daquelas descritas no Estatuto como medidas socioeducativas. De acordo com o ECA (Lei 8.069/1990), os “menores de 18 anos são penalmente inimputáveis, mas respondem pela prática de ato infracional cuja sanção será desde a adoção de medida protetiva de encaminhamento aos pais ou responsáveis, orientações, apoio e acompanhamento, matrícula e frequência em estabelecimento de ensino, inclusão em programa de auxílio à família, encaminhamento para tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, abrigo, tratamento toxicológico e, até, colocação em família substituta, se assim for concluído”.

O ingresso para uma instituição de acolhimento pode ser de diferentes maneiras, conforme destacado por Rizzini (2004, p. 53):

- a) Levados por suas próprias famílias, quando se encontram sem condições de prover os cuidados necessários;
- b) Encaminhados pelo Juizado da Infância e Juventude. São casos em que ocorre o abandono, principalmente quando ainda bebês; outros em decorrência da necessidade de proteção perante situações de violência; ou ainda para cumprir medidas estabelecidas de privação de liberdade;
- c) Por eles mesmos, quando em busca de auxílio ou de abrigo, devido a casos de violência, risco de vida ou pobreza extrema da família;
- d) Através de outros agentes, em ações de recolhimento forçado, realizadas por determinação dos governos estaduais e municipais. Neste caso enquadram-se as crianças e adolescentes encontrados nas ruas, os quais são levados às instituições de triagem. Estas ações, quase sempre, incluem assistentes sociais e aparato policial ou similar;

- e) Encaminhados pela Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), quando vítimas de crimes contra crianças e adolescentes, incluindo violência doméstica, abuso e exploração sexual etc.
- f) Encaminhados pela Delegacia Especializada de Crianças e Adolescentes, quando flagrados cometendo algum tipo de delito e
- g) Encaminhados pelo Conselho Tutelar.

As formas de encaminhamentos institucionais listadas acima, refletem a cena de exclusão social e política vivida por um número substancial de famílias pobres.

1.1 Psicanálise em instituição de acolhimento ao adolescente

Esta dissertação se propõe em trazer a reflexão, a importância do conhecimento psicanalítico na prática das equipes técnicas dos abrigos e das VIJIs, bem como insistir na relevância do trabalho em rede que possa integrar a instituição acolhedora, jurídica e familiar.

A partir de estudos sobre as internações institucionais ligadas à infância e a juventude, a minha vivência com os acolhidos de abrigos da baixada fluminense e o estágio na VIJI, constatei a importância da orientação psicanalítica para os profissionais que compõem a equipe técnica e a viabilização de um espaço de escuta para os acolhidos, afim de favorecer a singularidade de sua história, o reconhecimento de seu desejo, descolando-o da figura estigmatizada do jovem carente ou vítima social. Criando possibilidades de seguir além de suas implicações hereditárias ou sociais, pois entende-se que nestes espaços é comum o atravessamento de discursos sociais e hegemônicos.

A orientação psicanalítica em instituições públicas, atendendo uma camada social menos abastada, fora uma previsão de Freud ao escrever *Linhas de progresso na terapia psicanalítica* (1918-1919 [1976]), segundo ele,

[...] é possível prever que, mais cedo ou mais tarde, a consciência da sociedade despertará, e lembrar-se-á de que o pobre tem exatamente tanto direito a uma assistência à sua mente, quando o tem, agora, à ajuda oferecida pela cirurgia, e de que as neuroses ameaçam a saúde pública não menos do que a tuberculose, de que, como esta, também não podem ser deixadas aos cuidados impotentes de membros individuais da comunidade. (FREUD, 1918-1919[1976]).

Podemos constatar, que a inserção da psicanálise em uma camada social baixa já faz parte de nossa realidade, pois cada vez mais os atendimentos psicanalíticos não se restringem somente a uma sala de consultório; as instituições e as ruas já começam a ser espaços de intervenções.

Neste capítulo, nos deteremos em tratar sobre a prática psicanalítica em instituições de acolhimento para crianças e adolescentes, cuja proposta é a implantação de um dispositivo de supervisão para os educadores e a viabilização de um espaço de escuta, para que o acolhido possa se expressar.

A dificuldade de contar a sua própria história e poder levantar questionamentos, implica na possibilidade do acolhido perceber-se como sujeito desejante. Segundo Debieux (2016, p. 189), “Esse sujeito, obturado pelo excesso de sentido e paralisado diante do Outro que se apresenta potente e detentor da verdade sobre ele, vê-se esvaziado de seus enigmas [...]. Narcisicamente desestabilizado e defrontado com a angústia e o vazio de sentido”.

É muito comum ouvirmos nos relatos dos jovens que estão no serviço de acolhimento, o tema recorrente sobre a falta de liberdade para manifestar os seus pensamentos, as constantes “medidas ou posturas” que recebem (castigos), quando conseguem se expressar, através de uma ação a qual, muitas vezes, é tomada como uma conduta de rebeldia ou resistência contra os educadores do abrigo.

O ato de externalizar os seus sentimentos ganha uma conotação negativa e o acolhido acaba por se calar ou de uma forma mais radical, evadir do abrigo, retornando muitas vezes por não ter para onde ir, resignado às críticas sobre o lugar que deve ocupar na instituição e sobre a hierarquia a qual está submetido; há ainda o reforço medicamentoso, pois a maior parte dos “questionadores”, são diagnosticados com o TOD (Transtorno Opositivo Desafiador), quando os “questionamentos” tornam-se constantes ou os acolhidos ficam mais agressivos, é considerada importante uma visita ao psiquiatra para “ajustes na dosagem” do remédio.

Em geral, quando iniciam atendimentos psicanalíticos, chegam bastante ressabiados, pois acreditam que tudo que relatam será levado para a equipe técnica, demonstrando uma certa hostilidade com o profissional que os atende.

Quando se estabelece uma relação transferencial com o analista, o acolhido toma o setting terapêutico como um espaço em que pode trazer à tona os seus sentimentos e atitudes, um lugar possível para rememorar a sua história e dela se apropriar, reescrevendo e ressignificando o que fora marcado.

Ao pesquisar os estudos de teóricos sobre o tema e do contato com os abrigos para a coleta de dados, foi possível constatar as dificuldades quanto a singularidade do acolhido nas instituições. No seu manejo diário a fim de manter tudo em ordem, o educador no exercício de suas funções acaba produzindo uma fala socializada, anônima, denotando um saber sobre o discurso do acolhido, cristalizando-o no lugar de quem carece de assistência social, por ser

vítima de uma desestrutura familiar e, portanto, deve receber medidas protetivas, a partir do afastamento parental. Sobre esse assunto, Altoé destaca alguns pontos a serem observados:

[...] a visão institucional sobre a criança tende a enfatizar alguns aspectos de sua história, poderíamos dizer, os negativos (ex: “seu pai não presta, é bandido”; “todo favelado é vagabundo, ladrão”), acreditando-se que a criança é de difícil trato devido aos pais e aos fatores ambientais e que não há muito a se fazer por ela (ALTOÉ, 2010, p. 64).

É notório percebermos nos educadores, a dificuldade em dar condições ao acolhido de construir suas próprias respostas, fazer as suas buscas, pois “dizem saber tudo sobre o que é bom ou ruim para o interno, não lhe deixando nenhuma possibilidade de expressão própria, não só em relação a uma pequena vontade, ou aos seus desejos mais caros” (ALTOÉ, 2011 p. 65).

Há um tamponamento nas demandas a partir do momento em que tentam suprir todas as necessidades por supor, que esta é a melhor maneira de assisti-los (casa, comida e roupa lavada), gerando como resultado a exclusão formalizada pela instituição, o apagamento de um sujeito que com muito esforço tenta se expressar através de suas manifestações de violência ou evasões, fatos comuns no cotidiano das instituições de acolhimentos, tema que merece atenção e estudos.

Lembremos que antes de ser acolhido, o adolescente traz consigo uma história ímpar, dotada muitas vezes de desventuras trágicas, que o reporta à Vara de Infância ou ao Conselho Tutelar. A internação só deve acontecer quando todas as possibilidades de manter a criança ou adolescente em seu núcleo familiar se esgotam, tendo como portas abertas somente o abrigo.

Ao ser institucionalizado, o acolhido passa a aderir uma rotina comum a todos. É matriculado em uma escola e quando necessário, é encaminhado para os serviços de atendimentos da rede pública. Ele entra em um novo processo, com novas adaptações e rotinas, perde algo de sua singularidade para se ajustar aos padrões sociais aos quais precisa se inserir. Muitas vezes fica restrita à visita familiar (pelo veto da justiça, ou pela dificuldade do familiar em pagar um transporte), tendo somente como visitante os interessados em formalizar um apadrinhamento ou pessoas que fazem visitas esporádicas. A espera por este dia é de grande expectativa, pois sempre há algo que se possa ganhar dos “tios”: um brinquedo, uma roupa, um lazer ou uma possibilidade de adoção (pelo menos no imaginário daquele que aguarda em sua espera).

Muitos dos acolhidos não têm o abrigo como um lar. Há evasões, apesar de aparentemente ter um bom funcionamento, um ambiente limpo e boa comida; mas com um entrelaçamento de histórias difíceis com muitos nós tanto dos acolhidos, quanto dos educadores

que se enredam em uma teia existencial. Devemos entender que cada sujeito é único em sua história, que por mais que ela se repita, cada forma de vivê-la é peculiar.

É importante salientar que há uma especificidade na escuta clínica do sujeito que está no serviço de acolhimento, um “sujeito que ocupa um lugar de resto na estrutura social, e que está sob condição traumática” (DEBIEUX, 2016, p. 44). A sua identificação a esse lugar, se presentifica em seu discurso ou mesmo em seus atos, por isso se faz necessário uma escuta que possa fazer emergir um outro desejante, levando em consideração o lugar que ele ocupa na lógica discursiva frente a sua realidade.

Segundo Debieux (2016), a psicanálise nas instituições de acolhimento se propõe a trabalhar na dimensão sociopolítica, em meio a desafios que exigem em muitos momentos intervenções não convencionais, que podem se caracterizar como sendo uma prática clínico-política. Podemos inclusive pensar que a psicanálise nas instituições de acolhimento atua com O signifiante da exclusão, aquele que se faz esquivo frente a sociedade, classificados em grupos marginalizados, nomeados de menor infrator, favelado, morador de rua, drogado, dentre outros. Aqueles que vivem nas sombras e nos becos, acompanhados pelo desamparo social e discursivo.

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE O DESAMPARO EM FREUD

A importância do desamparo estrutural para a constituição psíquica, é considerada um contributo da Psicanálise e apesar de Freud ao longo de sua obra não ter realizado nenhum estudo sistemático sobre o estado de desamparo, é inegável o lugar de destaque que o tema possui na teoria psicanalítica. Com base na revisão dos textos da metapsicologia freudiana e das correspondências que Freud endereçava a Fliess, no período de 1892 a 1899, observamos o seu empenho em desvendar os enigmas internos que afligem a humanidade.

Analisando a sua obra, a menção ao estado de desamparo do ser humano, aparece inicialmente no *Projeto para uma psicologia científica* (1950 [1895]), na parte intitulada “*A Experiência de satisfação*”. Nesse estudo, ele se propõe a explicar o funcionamento do aparelho psíquico a partir do seu conhecimento da neurologia, em que afirma sobre a vulnerabilidade do bebê frente aos estímulos que sofre, pois ao nascer, o ser humano encontra-se despreparado para lidar com as ameaças externas devido a sua fragilidade.

Para Freud, o desamparo estrutural está associado a prematuração do ser humano devido a sua total dependência biológica manifesta nos primeiros meses de vida, não sobrevivendo sem os cuidados de um semelhante. Garcia-Roza (1991, p. 131), enfatiza que

[...] ao contrário da maioria dos animais, o ser humano possui uma vida intrauterina de duração reduzida, o que lhe confere um despreparo para a vida logo ao nascer. Essa prematuração e a fragilidade que dela resulta fazem com que o recém-nascido, ao ser confrontado com as ameaças do mundo externo, dependa totalmente das pessoas responsáveis pelos seus cuidados (GARCIA-ROZA, 1991, p. 131).

No *Projeto para uma Psicologia Científica* (1950 [1895]), Freud desenvolve a hipótese de que o aparelho psíquico é regulado pelo princípio de inércia, ou seja, a atividade neuronal busca repouso em um movimento arco reflexo, este estímulo não chega até o encéfalo, há uma informação sensitiva que vai até a medula produzindo uma resposta motora, como um meio de livrar-se dos estímulos que lhes são excessivos vindo de Q (*Quantum*). É a partir da redução desta tensão interna que ocorre a experiência de satisfação.

As primeiras hipóteses teóricas de Freud acerca do sistema nervoso partem do princípio de que ele é composto por “[...] duas células especiais, através das quais circula uma quantidade de Q de energia. Os neurônios pelos quais passa essa energia procuram livrar-se dela mediante uma descarga, finalmente operada pelo aparelho motor” (MEZAN, 2011, p. 24). Freud acreditava que a energia quantitativa (Q) era produzida através de estímulos captados pelos sentidos e órgãos, transferidos aos nervos até a medula espinhal. A condução destes estímulos

por via neuronal se dava por meio das catexias⁹. Com os estímulos processados, as mensagens através de conexões neuronais são enviadas aos nervos e desses aos músculos e gânglios, respondendo as alterações do meio externo ou interno. Conforme segue Mezan:

[...] como as excitações provém tanto do mundo exterior quanto do corpo do indivíduo, e como frente as estas últimas a reação de fuga do estímulo é impossível, o sistema nervoso tem que aprender a suportar uma certa carga de Q , suficiente para provocar a ação específica capaz de mediante uma modificação do meio externo, pôr fim à uma excitação endógena (MEZAN, 2011, p. 24).

Neste ponto, Gabbi Jr (1987, p. 104), explica que “[...] o organismo humano é incapaz de realizar por si só a ação específica; é necessário que um outro a realize. Uma vez que se tenha produzido uma modificação adequada nas condições externas, há uma interrupção no processo de somação, percebida por ômega como prazerosa”.

Para melhor compreensão temos como exemplo a sensação de frio, essa informação sensorial produz um excesso de estímulo elevando o nível de Q , tendo como resposta o desconforto corporal; a este excesso o bebê endereça ao Outro o choro como apelo e no momento em que há uma resposta e este corpo desconfortável pelo frio é aquecido, gera-se uma sensação de satisfação, a qual Freud nomeia de descarga de Q pela motilidade, ou seja, a busca externa de recursos para reduzir a sensação de desconforto, gera satisfação.

Desta forma, o nível de excitação mantém-se baixo (homeostase), pois é necessário que haja um mínimo de energia para manter um nível constante de investimento. O choro é ouvido pelo próximo como demanda, e na medida em que essa demanda é atendida, ela passa a fazer parte da troca simbólica, especificamente humana (GARCIA-ROZA, 1991, p. 78).

A urgência em livrar-se da tensão ocasionada pelo excesso de excitação, coloca o bebê em um estado de desamparo, “se o trabalho do aparelho mental se dirige no sentido de manter baixa a quantidade de excitação, então qualquer coisa que seja calculada para aumentar essa quantidade está destinada a ser sentida como adversa ao funcionamento do aparelho” (FREUD, 1920, p. 17).

Portanto, o escoamento dessa tensão produz uma vivência de satisfação gerada pela aproximação do objeto que satisfaça a necessidade e é o Outro materno quem irá provê-lo. Essa experiência de satisfação, está ligada à concepção freudiana de um estado de desamparo estrutural do ser humano, a partir do qual somos capazes de entender os afetos.

Apesar de Freud neste primeiro momento se amparar em um estudo com base neurológica, já havia um prenúncio da teoria de funcionamento do aparelho psíquico, proposto

⁹ Concentração de todas as energias mentais sobre uma representação bem precisa, um conteúdo de memória, uma sequência de pensamentos ou encadeamento de atos; catexe.

em *Além do Princípio do Prazer* (1920), "[...] é assim que surge no interior do sistema o impulso que sustenta toda a atividade psíquica. Conhecemos essa força como vontade – o derivado das pulsões". A quantidade de Q mencionada no *Projeto para uma Psicologia Científica* (1950 [1895]), posteriormente serviria de base para os estudos das pulsões.

Seguindo com o estudo sobre a formação do aparelho psíquico, podemos dizer que ele é formado por dois sistemas (perceptivo e motor), que se mantém em constante fluxo, iniciando a partir de estímulos sensoriais e terminando em descarga motora, presume-se que a concepção topográfica do aparelho psíquico primário fundamenta-se em um esquema arco-reflexo. Temos abaixo uma primeira representação:

Figura 3 - Primeiro esquema freudiano do aparelho psíquico



Fonte: GARCIA-ROZA, 1991, p. 79.

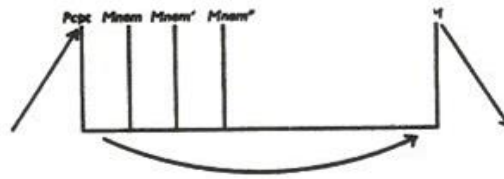
Em uma extremidade está localizado o sistema perceptivo (pcpt), responsável por receber os estímulos sensoriais (interno e externo), na outra extremidade está localizado o sistema motor (M), responsável pelo acesso da atividade motora, entre uma extremidade e outra estão localizados os traços de memória.

O sistema perceptivo tem como função receber os estímulos sensoriais e encaminhar para a outra extremidade gerando uma resposta motora, nesta passagem ele não registra os traços de excitações que o atinge, pois precisa estar desimpedido para ser novamente estimulado, delegando ao sistema mnêmico a função de processamento (associação e registro) das percepções captadas.

Freud em 1900, faz a seguinte suposição: “um sistema logo na parte frontal do aparelho recebe os estímulos perceptivos, mas não preserva nenhum traço deles, e portanto, não tem memória, enquanto, por trás dele, há um segundo sistema que transforma as excitações momentâneas do primeiro em traços permanentes” (FREUD, 1900, p. 86).

No esquema abaixo, podemos observar que nossas percepções estão ligadas à nossa memória, pois a base da associação está nos sistemas mnêmicos.

Figura 4 - Primeiro esquema freudiano do aparelho psíquico



Fonte: GARCIA-ROZA, 1991, p. 79.

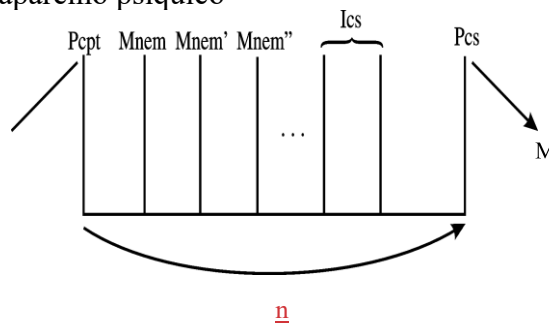
A movimentação deste esquema ocorre a partir da recepção sensitiva, que entra pelo sistema pcpt, seguindo em direção aos vários sistemas mnêmicos.

O primeiro desses sistemas Mnem. conterà, naturalmente, o registro da associação por simultaneidade temporal, ao passo que o mesmo material perceptivo será disposto nos sistemas posteriores em função de outros tipos de coincidência, de maneira que um desses sistemas posteriores, por exemplo, registrará relações de similaridade, e assim por diante. (FREUD, 2001 [1900-1901], p. 461).

Mas essa representação ainda estava inconsistente, pois se baseava em um modelo mecanicista da época, fundamentado na lógica do arco-reflexo. A partir da elaboração dos estudos sobre *A Interpretação dos sonhos* escrito em 1900, Freud nos apresenta um modelo com processos mentais inconscientes, que se estruturam a partir de indicativos que se equivalem a traços, representações, pensamentos e desejos, um aparelho atemporal, sem uma ordenação cronológica que se difere do modelo apresentado no Projeto em 1895.

A instância crítica localiza-se na extremidade motora do aparelho psíquico, a qual pode ser nomeada de pré-consciente (pcs), atrás dele está o inconsciente (ics), não nos aprofundaremos neste estudo, nos deteremos neste momento apenas ao que é relevante para a recepção das informações sensoriais (externas ou internas) e a forma como são registradas enquanto traços de memória.

Figura 5 - Terceiro esquema freudiano do aparelho psíquico



Fonte: GARCIA-ROZA, 1991, p. 80.

Com a representação esquemática descrita acima, podemos entender que a repetição da demanda de necessidades corporais e a satisfação ofertada pelo Outro, criam marcas mnêmicas que são oriundas da percepção de um objeto alucinado; ou seja, em sua busca incessante pela satisfação o bebê alucina o seio materno, na tentativa de repetir a sensação de prazer que experimentou ao ser amamentado pela primeira vez, acessando a imagem mnêmica que está associada ao traço de memória da excitação, que fora produzida pela necessidade da nutrição.

A atividade psíquica inicia-se a partir de estímulos sensoriais, a recepção desses estímulos localiza-se nessa busca incessante de satisfação; as novas vivências são enriquecidas por detalhes sensoriais: imagens, cheiros, sabores, sons, toques.

Quando a necessidade retorna, um impulso psíquico acessa a imagem mnêmica conectando-a ao traço de excitação, visando restabelecer a primeira vivência de satisfação que fora marcada no psiquismo. “Foi a sua primeira e mais vital atividade, sugando o seio da mãe ou substitutos dele, que deve tê-la familiarizado com esse prazer” (FREUD, 1901-1905, p.186) o qual em uma luta incessante busca reviver, mas o objeto encontrado nunca coincidirá com o objeto recordado. Freud traz como exemplo a nutrição:

[...] cuja imagem mnemônica permanece associada, daí por diante, ao traço de memória da excitação produzida pela necessidade. Em resultado do elo que é assim estabelecido, na vez seguinte em que essa necessidade desperta, surgirá imediatamente um impulso psíquico que procurará reinvestir a imagem mnemônica da percepção e reevocar a própria percepção, isto é, restabelece-a (FREUD, 1900/1972, p. 602-3).

O reaparecimento da percepção é o meio mais rápido para a sua realização. Na atividade alucinatória (atividade primária), a satisfação não é total, havendo, portanto, a necessidade de uma atividade secundária que obriga o aparelho psíquico a continuar trabalhando na busca da realização total do desejo, assim, o aparelho psíquico transforma a atividade alucinatória em atividade de pensamento.

Na teoria freudiana ambos, atividade alucinatória e atividade de pensamento, se apresentam como formas de realização de desejo; a alucinação segue um percurso menor, enquanto o pensamento faz um trilhamento mais longo e mais eficaz sem causar danos ao organismo.

Freud aborda no ensaio *Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental* (1911/1969), a relação entre o alucinar e o pensar, sendo eles descritos como princípio de prazer e o princípio de realidade, sobre este assunto, Garcia-Roza, faz uma alusão de que a satisfação está

[...] ligada tanto a imagem do objeto como a imagem do movimento de descarga. Quando reaparece o estado de necessidade, ambas as imagens são reinvestidas ou

reativadas. Aquilo que essa reativação vai produzir é idêntico a percepção original do objeto, sua imagem, só que agora o objeto está ausente. O que vai ser produzido, portanto, não é a percepção do objeto, mas a alucinação do objeto, seguindo-se a ela a descarga. O resultado evidente é o desapontamento e o desprazer. Daí a necessidade de se distinguir entre imagem-percepção e imagem-lembrança. Esta é a função do princípio de realidade (GARCÍA-ROZA, 1991, P. 154).

Neste sentido, Laplanche e Pontalis (1994, p. 531), declaram que o conjunto desta experiência – satisfação real e satisfação alucinatória – constitui a base do desejo. O desejo tem efetivamente a sua origem numa procura da satisfação real, mas constitui-se segundo o modelo da alucinação primitiva. Cabe esclarecer que o desejo no *Projeto para uma Psicologia Científica* (1950 [1895]), comparece como “atração positiva para o objeto desejado, ou mais precisamente, por sua imagem mnêmica” (HANNES, 1996, p. 139).

Ao longo de sua obra Freud ressalta a importância da memória, sobretudo quanto à constituição do aparelho psíquico. Ela se forma a partir das noções de marca, impressão e traços, portanto, a ativação dos traços mnêmicos produz a ilusão do objeto real, fornecendo a imagem deste, como objeto de desejo.

O conceito de traço mnêmico é situado por Freud desde o *Projeto para uma Psicologia Científica* (1950 [1895]), como uma marca constitutiva da memória e se inscreve a partir dos estímulos, sujeito a uma retranscrição segundo novas circunstâncias.

Interessante observar que em espanhol, traço mnêmico é traduzido por *huella mnemica*; *huella* significa pegada, marca impressa de algo que se faz ausente, como as marcas dos pés na areia, deixando como registro a passagem de alguém que se fez marcar enquanto presença/ausência.

Na carta endereçada a Fliess, de número 52, Freud formula a hipótese de que o mecanismo psíquico se forma por um processo de estratificação (composto por camadas) e o traço mnêmico é parte desse material. Nessa carta, Freud desenvolve o estudo sobre a plasticidade e seletividade da memória, bem como problematiza o que se inscreve no aparelho psíquico, e, com o avançar dos seus estudos conclui que nem tudo que é vivenciado deixa marcas, ou seja, que nem todo estímulo externo se inscreve.

A inscrição para se processar necessita de uma oposição presença/ausência, conforme o exemplo acima da pegada na areia; são os recortes de situações vividas que transformam a percepção recebida em um sistema de inscrições composto de traços.

Partindo deste princípio, entendemos que não há possibilidades de uma constituição do psiquismo sem os cuidados de alguém que exerça a função materna (lugar que a mãe ou substituto materno ocupa neste primeiro momento). É preciso que a criança tome um lugar específico na economia do desejo daquele que dela cuida, que a suponha sujeito, pois segundo

Elia“ o Outro materno não é um conjunto de significados a serem por ele meramente incorporados como estímulos ou fatores sociais de determinação do sujeito com os quais interagiria a partir de sua carga genética, na ‘aprendizagem social’ de sua subjetividade” (ELIA, 2010 p.41).

Em *Inibição, sintoma e ansiedade* (1926), Freud relaciona a angústia ao estado de desamparo, e afirma que ambos estão intimamente ligados, sendo este último, um dos pontos nodais da constituição psíquica.

Apesar de Freud não sistematizar o estudo sobre o desamparo, este tema ocupa um lugar de destaque na teoria psicanalítica, uma vez que se constata que o fator determinante e desencadeador da angústia é a perda ou a separação do objeto primordial, pois através desta vivência ocorre um aumento progressivo de tensão, colocando o ser humano em um estado de incapacidade de domínio das excitações levando-o ao estado de desamparo.

Entende-se portanto, que o sujeito estará sempre ligado ao Outro, não um outro qualquer, mas aquele que o cuidou nos primórdios de sua vida e é esse que ele teme perder.

Esse processo Freud figura como traumático, pois qualquer situação que remeta o sujeito às lembranças dessas vivências ele sentirá como uma ameaça (perda/separação do objeto amado) e é lançado ao estado de desamparo, pois

[...] ela consiste na estimativa do paciente quanto à sua própria força em comparação com a magnitude do perigo e no seu relacionamento de desamparo em face desse perigo - desamparo físico se o perigo for real e desamparo psíquico se for instintual. Denominemos uma situação de desamparo dessa espécie, que realmente tenha experimentado, de situação traumática. (FREUD, 1925-1926/1996, p. 161).

A prematuração é um dado irrefutável que marca a condição humana ao estado de desamparo, todavia, não é só do ponto de vista biológico que a situação do recém-nascido é emblemática.

Retornando ao *Projeto para uma pesquisa científica* (1950 [1895]), em que os estudos de Freud na época tinham como base a neurologia, podemos nos reportar às pesquisas desenvolvidas pelo anatomista holandês Louis Bolk, sobre a teoria da fetalização humana ou do retardamento, desenvolvida em 1890.

Este estudioso constata que o bebê ao nascer se encontra em um estado de fetalização, ou seja, apesar de ter completado todo o ciclo gestacional, embriologicamente deveria ser considerado como um feto, pois ainda não foram mielinizados os nervos piramidais que lhe permitirão coordenar os seus movimentos, estando, portanto, imerso em reflexos motores.

Pode-se dizer que ao nascer, tem-se a maioria das vias aferentes mielinizadas, porém o que ainda não está mielinizado é a sua capacidade de resposta, não tendo condições de coordenar, nem integrar a resposta corporal.

Para Bolk o homem é um ser prematuro, pois o seu organismo leva um tempo maior de desenvolvimento do que a maioria das outras espécies, portanto nasce inacabado, cumprindo a sua evolução fora do ciclo gestacional.

O desenvolvimento do cérebro se processa de uma forma lenta, conferindo-lhe maior flexibilidade e plasticidade. No momento do nascimento, o sistema nervoso central (SNC) está preparado para receber informações dos principais sistemas sensoriais, sendo que as áreas complexas dos sistemas associativos demoram cerca de oito anos para adquirir a mielinização completa.

Com isto entendemos a importância da função do Outro materno, no processo de maturação e constituição psíquica, pois em um corpo sem organização neuronal, sem linguagem estabelecida para comunicar seus apelos, o bebê que neste momento é puro caos, necessita do Outro que por meio de seus cuidados maternos, cria nesse corpo: buracos, bordas e contorno.

Gostaria, nesse ponto do desenvolvimento do capítulo, ressaltar que a partir da minha formação em psicomotricidade, considero importante trazer uma perspectiva deste campo, que me remete aos estudos de Freud sobre o desamparo inicial. Vejamos:

O diálogo tônico traz essa dimensão ao tratar sobre o endereçamento inicial de demanda que o bebê lança ao Outro, pois é na primeira fase de vida do bebê que se estabelece uma simbiose fisiológica e afetiva, fundamental para o desenvolvimento neuromotor e a constituição psíquica.

Da fusão inicial mãe-bebê, é que se inicia o processo de construção da comunicação, dando sentido e significado ao choro e aos movimentos desorganizados. O bebê imerso no seu caos motor é amparado, embalado e amado por aquele que dele cuida. A presença e ausência deste que exerce a maternagem, o calor corporal, os ritmos (internos e externos), o alimento que dele sai e nutre são elementos importantes para a estruturação do aparelho psíquico.

Henri Wallon, psicólogo francês, destacou a importância dessa fusão afetiva primitiva, que se expressa por meio dos fenômenos tônico-emocionais e posturais, em um diálogo que é preparatório para o desenvolvimento do diálogo verbal. Mas foi o psiquiatra francês Julian de Ajuriaguerra quem nomeou essa intercomunicação fusional de diálogo tônico, formulando

como um conceito de uma linguagem corporal da afetividade e das emoções que contribui para a aquisição do “corpo vivido”¹⁰

Tônus é um termo que se origina do latim que significa tensão. Trata-se neste caso, de um estado de tensão muscular permanente e com variações que podem aumentar (hipertonia) ou diminuir (hipotonia).

O diálogo tônico se constitui pelo desejo materno em decodificar tudo aquilo que a mãe supõe uma comunicação, que ela busca traduzir em meio às descargas motoras de seu bebê.

Essa comunicação se constrói por vias sensoriais (olhar, toque, cheiro, boca, ânus, pele, sensações proprioceptivas e vestibulares), fazendo emergir um sujeito, um corpo que vai sendo marcado, costurado com os seus significantes, com a sua história geracional, marcando aquele que chega dentro de sua filiação. Este bebê confortado, aquecido e saciado pelos afetos e cuidados maternos, se faz expressivo e sensível ao outro e ao meio.

Em seus estudos Winnicott (1956/1982), sinaliza a importância de um o ambiente suficientemente bom representado pela mãe ou seu substituto no processo de desenvolvimento do bebê. Esse pensamento é mais abrangente, pois esse ambiente que faz o bebê crescer e se desenvolver emocionalmente, não é determinado apenas como um lugar, a mãe suficientemente boa oferta-se como o primeiro ambiente seguro e provedor das necessidades vitais de seu bebê. Segundo Winnicott,

O Eu implica uma soma de experiência. O self individual começa como uma soma de experiências de repouso, de motilidade espontânea e sensação, retorno da atividade ao repouso, e o gradual estabelecimento de uma capacidade de aguardar a recuperação das aniquilações que resultam de reações às invasões ambientais. Por esta razão é que é necessário que o indivíduo comece no meio ambiente especializado, ao qual me referi como “preocupação mãe-primária” (WINNICOTT, 1993, p.498).

A “preocupação mãe-primária” a qual Winnicott se refere na citação acima, está relacionada ao estado em que a mãe se encontra meses antes do nascimento de seu bebê e que perdura até alguns meses após o parto. Neste período a mãe adquire uma sintonia com o bebê que favorece que ela entenda todas as suas necessidades vitais. Winnicott enfatiza que nesta fase a mãe precisar ser suficientemente saudável para adoecer dessa forma especial, bem como ser forte o bastante, para que no momento certo possa retomar gradativamente às suas atividades e interesses pessoais. Do ponto de vista da psicomotricidade, há uma intercomunicação corporal nesta relação fusional do bebê com a mãe, em que as sensações são compartilhadas. Segundo La Pierre¹¹:

¹⁰ Corresponde à fase de inteligência sensório motora de Jean Piaget

¹¹ Educador físico francês, criador da Psicomotricidade Relacional

Para que seja fusional, é preciso que a qualidade desse contato permita à criança investir no corpo do adulto como parte dele mesmo. As condições que favorecem esta fusão são: o calor do corpo, o contato com a pele, o hálito, o ato de embalar, o aleitamento, o olhar, a voz e, sobretudo, o acordo das tensões tônicas. (LA PIERRE, 1984, p. 11).

Dentro do seu histórico evolutivo, o bebê amadurece a sua estrutura neuropsicomotora e adquire um controle corporal, havendo uma modulação tônica¹² de acordo com as suas emoções. Essa percepção de si somente se torna possível a partir do investimento libidinal da mãe ou substituto materno, como bem formula Dias:

[...] ser envolvido, por todos os lados, num abraço vivo, que tem temperatura e ritmo e que faz o bebê sentir tanto o corpo da mãe como o próprio corpo; ser aconchegado no berço de modo a permanecer tocado pelas mantas e almofadas e não solto no espaço; as inúmeras sensações táteis ao ser manejado de todas as formas, banhado, acariciado, afagado, cheirado; [...] a oposição necessária para o bebê exercitar a motilidade. (DIAS, 2003, p. 210).

A partir do estudo que estamos desenvolvendo, devemos considerar que não é a partir do tônus que o diálogo se constitui e sim o contrário, pois é tão somente no contato que vem do Outro materno, que se supõe que haja desejo, haja linguagem e não a pura ação, o puro tônus muscular, pois “para que se estabeleça o contato faz falta algo mais, além do corpo: o contato efetua-se com o intocável. Isso do outro que nunca hei de tocar” (PONTY, 1970, p. 305).

Seguindo este percurso, podemos trazer como um recorte o que Freud escreve em *O Futuro de uma ilusão* (1996 [1927-1931]), onde sinaliza, que a mãe através dos seus cuidados maternos frente as necessidades de seu bebê, se torna o objeto amoroso e fonte de proteção contra ameaças externas e angústia.

Sendo o desamparo a condição inaugural do sujeito para a psicanálise, o ser humano se encontra em total dependência do seu semelhante, aquele que exerce a função materna, que deste lugar pode interpretar o apelo que lhe é lançado; a perda ou a separação do objeto amado, pode desencadear um mecanismo de alerta frente a uma situação de perigo, uma situação reconhecida, lembrada que possa trazer ao sujeito a vivência de desamparo.

Em *Inibição, Sintoma e Ansiedade* (1926), Freud ao reformular a teoria da angústia, faz uma articulação entre o desamparo e a angústia e destaca três pontos importantes sobre a natureza da angústia (*Urangst*), angústia originária relacionada ao trauma do nascimento a angústia sinal e a angústia do real no lugar da angústia pulsional (*Realangst*).

¹²Tônus muscular é o grau de tensão do músculo.

No capítulo a seguir desenvolveremos cada um destes aspectos, articulando o desamparo primordial à angústia na forma originária, realçando como condição humana a angústia de separação que acompanha o homem por toda a sua vida.

2.1 A Teoria da angústia em Freud: Primeira e segunda tópica

[...] não há dúvida de que o problema da ansiedade é um ponto nodal para o qual convergem as mais diversas e importantes questões, um enigma cuja solução deverá inundar de luz toda nossa existência mental.

Freud, 1916/1917, p. 64

A angústia¹³ está presente nos estudos de Freud desde o início da clínica psicanalítica, suas primeiras referências sobre o tema aparecem em *Publicações pré-psicanalíticas e esboços inéditos* (1950 [1892-1899], p. 69), ao fazer um levantamento em teses e fatores etiológicos acerca da neurose de angústia e a sua relação com a vida sexual e posteriormente nos Rascunhos B e E; todos escritos entre 1892 – 1899, publicados em 1950.

A partir de então, a angústia torna-se um tema recorrente nos estudos de Freud devido ao aumento de casos que comparecem em sua clínica. Com base nesses estudos e na análise de casos clínicos, Freud constata alguns aspectos semelhantes entre a neurose de angústia e a neurose histérica, como a abstinência sexual e a libido represada, ele formula que na “[...] na histeria, é a excitação psíquica que toma um caminho errado, em direção à área somática, ao passo que, aqui (na neurose de angústia), é uma tensão física, que não consegue penetrar no âmbito psíquico e, portanto, permanece no trajeto físico” (FREUD, 1894/1986, p. 77).

Freud observou, que na neurose de angústia havia um sintoma nuclear, a expectativa ansiosa ou angústia flutuante, desencadeando uma série de respostas sintomáticas que corresponderiam à irritabilidade, hipocondria, ataques de angústia, a sensação de falta de ar, dentre outros. Segundo ele, este processo é o resultado de um acúmulo de tensão física, que “ocorre como consequência de ter sido evitada a descarga” (FREUD, 1894/1986, p. 75), havendo uma elevação no nível de excitação que ultrapassa o limiar do aparelho psíquico, sem encontrar uma inscrição representacional na rede de associações simbólicas, que esclareça essas ocorrências somáticas.

¹³ Freud utiliza o termo *angst* em seus escritos, na versão inglesa é traduzido como *anxiety* (ansiedade), porém, optou-se nesta dissertação pela tradução francesa, *angoisse* (angústia).

[...] na neurose de angústia, essa transformação de fato ocorre, o que sugere a ideia de que, nessa neurose, as coisas se desvirtuam da seguinte maneira: a tensão física aumenta, atinge o nível do limiar em que consegue despertar afeto psíquico, mas, por algum motivo, a conexão psíquica que lhe é oferecida permanece insuficiente: um afeto sexual não pode ser formado, porque falta algo nos fatores psíquicos. Por conseguinte, a tensão física, não sendo psiquicamente ligada, é transformada em angústia." (FREUD, 1894/1986, p. 76).

O que se presentifica, neste momento, é o funcionamento de um mecanismo sexual puramente fisiológico, porém, em uma releitura mais atenta ao Rascunho E, nos deparamos com um questionamento que Freud faz acerca de como ocorre a transformação em angústia quando há acumulação; percebemos que a partir deste questionamento, ele amplia a concepção sexual, atrelando a um caráter psíquico.

Com base nestes dados, Freud formula a primeira hipótese sobre a origem da angústia, sendo ela resultante da transformação da libido acumulada. Descreve este mecanismo a partir do processo de desencadeamento da neurose de angústia, nos quais a tensão sexual não é ab-reagida devido à falta de uma elaboração psíquica eficaz, por não haver um meio de representação simbólica para esse excesso represado. Assim:

Podemos supor que a tensão endógena cresce contínua ou descontinuamente, mas, de qualquer modo, só é percebida quando atinge um determinado limiar. É somente acima desse limiar que a tensão passa a ter significação psíquica [...]. Assim, a tensão sexual física acima de certo nível desperta a libido psíquica, que então induz ao coito etc. Quando a reação específica deixa de se realizar, a tensão físico-psíquica (o afeto sexual) aumenta desmedidamente. Torna-se uma perturbação, mas ainda não há base para sua transformação. Contudo, na neurose de angústia, essa transformação de fato ocorre, o que sugere a ideia de que, nessa neurose, as coisas se desvirtuam da seguinte maneira: a tensão física aumenta, atinge o nível do limiar em que consegue despertar afeto psíquico, mas, por algum motivo, a conexão psíquica que lhe é oferecida permanece insuficiente: um afeto sexual não pode ser formado, porque falta algo nos fatores psíquicos. Por conseguinte, a tensão física, não sendo psiquicamente ligada, é transformada em angústia. (FREUD, 1990 [1893-1895], p.238).

Nota-se que nesta primeira hipótese teórica, Freud traça uma relação da angústia associada à ideia de uma libido transformada partindo de um processo quantitativo; um acúmulo de excitação que não encontra via adequada de escoamento para a satisfação. “A excitação libidinal é despertada mas não satisfeita, não utilizada; o estado de apreensão surge, então, no lugar dessa libido que foi desviada de sua utilização”. (FREUD, Conferência XXXII, p. 36).

A libido transformada passa a ser entendida a partir da noção de recalque, ampliando os estudos de Freud para uma dimensão psíquica, que mesmo assim, continua através do fator econômico, com maior elaboração, visto que as sensações de prazer e desprazer não dependem somente do caráter quantitativo, mas de algumas características qualitativas, em que se destaca a singularidade do sujeito, implicando na capacidade psíquica, em que cada um tende a suportar um determinado quantum de excitação.

Entre 1909 e 1917, Freud relaciona a angústia à libido acumulada, ele considera que o recalque surge como causa da transformação dessa libido não descarregada em angústia. Cabe ressaltar, que há “uma distinção básica entre o mecanismo do recalque¹⁴, *Verdrängung*, e a repressão, sem a qual deixamos de perceber que o recalque ocorre entre diferentes sistemas psíquicos, produzindo a mudança de algum elemento de um sistema para outro” (MAC, 2000, p.22), ao contrário da repressão que é desencadeada por fatores externos.

No entanto, Hanns, em sua tradução de *Verdrängung*, utiliza o termo como recalque ou repressão, segundo ele, o termo “[...] remete a uma sensação de “sufoco”, “incômodo”, que leva o sujeito a desalojar o material que o incomoda. Contudo apesar de ter sido afastado, tal material permanece junto ao sujeito” (HANNS, 1996, p.53). Ainda sobre esse tema, Garcia-Roza destaca que “[...] a repressão pode ser definida como uma ação que se exerce sobre alguém a partir da exterioridade e o recalque é um processo interno, ao próprio Eu. Não se desconsidera que uma pessoa pode criar condições para que um recalque se faça, mas ele sempre será um processo interno a alguém” (GARCIA-ROZA, 2008).

O recalque lida com os representantes pulsionais, a ideia (*vorstellung*) e o afeto (*affekt*), que embora recalcados seguem ativos no inconsciente, prontos para um retorno em um momento oportuno. Em 1915¹⁵, ao introduzir a ideia de um recalque originário, Freud precisará que esta é “uma primeira fase do recalque, que consiste em negar entrada no consciente ao representante psíquico (ideacional) da pulsão” (JORGE, 2000, p. 23).

Freud considera que a origem do recalque está na denegação da satisfação; mediante ela, o sujeito diz sem de fato querer dizer, apresentando-se dividido entre a necessidade de expressar ou recalcar o seu desejo. “Os destinos do afeto e do representante ideativo são diferentes, os afetos não podem ser recalcados. Portanto não se pode falar em afeto inconsciente; os afetos são sentidos em nível consciente, embora não possamos determinar a origem do afeto ao sentir suas manifestações” (MOURA, 2008, p. 3). Mas vejamos o ponto de vista de Hanns, ao descrever o mecanismo de funcionamento do recalque:

[...] mecanismo que mesmo não dispondo de forças suficiente para expulsar as fontes das pulsões do aparelho psíquico, ele faz com que elas retomem ao inconsciente, retirando-as do centro da consciência. Esse mecanismo se mantém existente e necessário, pelo fato de que as pulsões ao serem recalçadas, continuam em constante movimento objetivando obter o acesso à consciência. Portanto a função do recalque é investir energias capazes de manter o objeto recalcado na esfera do inconsciente (HANNS 1996, p. 179).

¹⁴ Utilizaremos nesta dissertação o termo recalque conforme tradução francesa.

¹⁵ FREUD, S. (1915). A repressão. In: FREUD, S. Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1996a.

Seguindo esta linha de raciocínio, entendemos que a função do recalque é isolar tudo aquilo que é inaceitável pelo sujeito, criando um mecanismo de defesa com o objetivo de garantir a integridade e o bem-estar do aparelho psíquico, mas, “como o conteúdo recalado não está banido eternamente da consciência, ele se elabora, fica em um período de incubação, onde ele, sem a influência da consciência, se prolifera e transforma, de forma que não mais seja reconhecido, e possa se manifestar” (FREUD apud BRITO, 2015, p.3).

A formulação que vigora neste momento está relacionada ao ponto de vista econômico, posto que na época, Freud ainda não havia estruturado toda a gama psíquica que posteriormente traria complexidade aos estudos sobre a angústia, que surgem no avançar de seus estudos metapsicológicos e nos atendimentos clínicos.

Nessa construção da primeira tópica, a angústia é um afeto que incide posteriormente ao recalque, sendo portanto, um produto deste, ela sinaliza vestígios de uma luta incessante, para evitar a entrada de uma moção inaceitável que geraria mais desprazer do que a sua própria manifestação na consciência. Logo, na lógica da primeira teoria da angústia, o recalque surge na emergência de preservar o aparelho psíquico daquilo que possa gerar desprazer.

O psicanalista austríaco Otto Rank (1924), em sua teoria sobre o trauma do nascimento, afirma que este é o momento originário da angústia, constituindo a partir de então uma ação traumática. Para Rank, o trauma está relacionado aos aspectos de variações fisiológicas do estado intrauterino para o estado extrauterino e a separação abrupta do bebê de sua mãe, mas essa teoria gera muitas controvérsias no meio acadêmico, uma delas seria a imaturidade do cérebro para o registro dessa vivência como traumática.

Winnicott em seu texto “Recordações do nascimento, trauma do nascimento e ansiedade” (WINNICOTT, 1949), questiona a teoria de Rank, visto que no nascimento não há inconsciente, nem recalque para que se possa pensar na experiência de angústia, para ele a angústia do nascimento não estaria relacionada ao trauma da separação mãe-bebê, mas sim ao doloroso encontro com a verdade do desamparo.

Freud entende a teoria de Rank como reducionista, pois a angústia não seria um produto decorrente do recalque, conforme seus estudos em 1915, visto que o recém-nascido não possui uma estrutura egóica que permita viver o nascimento traumático como angústia, senão pelo via do desamparo, como bem destaca Winnicott. Neste período de 1915 a 1917, os estudos de Freud já apresentavam sinais da mudança que estava por vir para a construção da segunda teoria da angústia.

Na *Conferência XXV* (1976c), Freud afirma que a angústia não é um afeto exclusivo dos neuróticos e apresenta os seus estudos sobre a angústia realística e a angústia neurótica; ressalta

que ambas desenvolvem como mecanismos de defesa o recalque e a formação de sintoma. Ao descrevê-las considera que a angústia realística é a percepção diante de um perigo externo (perigo real), sendo desencadeado o reflexo de fuga sob a manifestação da pulsão de autopreservação.

Se a angústia for excessivamente grande ela se revela inadequada no mais alto grau, pois paralisa toda ação, inclusive a fuga. A reação de perigo consiste numa mistura de afeto de angústia e de ação defensiva, por ex. um animal aterrorizado, sente medo e foge. A parte adequada do processo é a fuga e não o estar com medo. (FREUD, 1990 [1916-1917], p. 460).

A angústia neurótica por sua vez, responde a uma espécie de apreensão geral sem um objeto específico, que pode se ligar a qualquer representante ideativo, está relacionada a um perigo desconhecido em que o Eu, como medida protetora, faz uma tentativa de fuga das exigências feita por sua libido, tratando um perigo interno como se fosse um perigo externo.

Embora Freud tenha direcionado as suas pesquisas para a angústia gerada por conflitos psíquicos sujeito ao recalque, conforme o seu artigo *Inibição, sintoma e ansiedade* escrito em 1926, considera-se importante entender a origem e a distinção da angústia realística e da angústia neurótica, para a compreensão dos estudos que serão desenvolvidos posteriormente.

Ao avançar em seus estudos sobre a angústia, Freud constata que não é mais o recalque que causa a angústia, conforme as ideias que defendera na Conferência XXV, mas ao contrário conforme relata: “foi a angústia que produziu o recalque e não, como eu anteriormente acreditava, o recalque que produziu a angústia (FREUD, 1996 [1926], p. 111).

De acordo com Laplanche (1987), a conferência XXV¹⁶, funciona como ponte entre as duas teorias sobre a angústia, mostra claramente o processo gradativo nos estudos de Freud, levando-o a construir uma segunda teoria. Telles (2003), comenta que nesta Conferência, Freud faz um a estreita relação entre a primeira teoria da angústia e a libido, ainda dentro do ponto de vista econômico, que marca esse período.

Laplanche segue com suas observações, ao ressaltar que nesta conferência já estão presentes a ideia da angústia como produto da transformação em sintoma e como consequência da repressão. Com esta nova articulação entre o recalque e a angústia, Freud muda o foco do ponto de vista econômico e passa a explicá-la através de uma perspectiva dinâmica.

As relações estruturais entre os conceitos de angústia e recalque em Freud, seguem uma lógica em direção ao estudo das fobias como primordial para sua remodelação, porém, não nos deteremos nesse tema, seguiremos discorrendo sobre a evolução nos estudos sobre a angústia.

¹⁶ Conferência XXV (1917/1991, vol. XVI).

Freud, em 1926, sistematiza a segunda teoria ao escrever *Inibição, sintoma e angústia*, atribuindo a angústia como um sinal, ou reação a um perigo eminente, remontando a cena de uma situação primordial da vida do ser humano, relacionada a separação ou perda da mãe. Nesse período ainda nebuloso, Freud ressalta que o nascimento é o momento inaugural da angústia “protótipo de todas as situações ulteriores de perigo” (FREUD, 1926), partindo do ponto de vista econômico, valoriza em termos a teoria de Rank, sobre o nascimento ser o protótipo do trauma, mas retoma esse tema em 1926, ao esclarecer que o bebê ao nascer não sente a saída do útero como uma separação, visto que ainda não identifica a mãe como objeto.

A situação de não satisfação na qual as quantidades de estímulos se elevam a um grau desagradável sem que lhes seja possível ser dominadas psiquicamente ou descarregadas deve, para a criança, ser análoga à experiência de nascer – deve ser uma repetição da situação de perigo [...]. É a ausência da mãe que agora constitui o perigo, e logo que surge esse perigo a criança dá o sinal de angústia, antes que a temida situação econômica se estabeleça. (FREUD, 1926 [1976], p. 161).

Entendemos a partir desta observação, que o nascimento traz consigo uma perturbação econômica que eleva o nível de excitação ao ponto de gerar a angústia e que tal experiência enquanto lembrança, se repetirá em vários momentos da vida do sujeito. Freud enumera algumas situações que podem deflagrar a angústia, relacionando o Eu imaturo ao desamparo, a primeira infância à perda do objeto, a fase fálica ao perigo de castração e o período de latência ao medo do Supereu (FREUD, 1926[1925], p. 164).

Partindo deste princípio, podemos retomar sobre o que fora tratado no início desta dissertação, quando discorremos acerca do desamparo inicial, em que a criança almeja a presença materna, no intuito de fazer cessar as exigências externas que se refletem em seu corpo, a “crescente tensão devido à necessidade, contra a qual ela é inerte” (FREUD, 1926/1976, p. 161) e a ameaça ao surgimento de um perigo interno, é vivida pelo Eu como um perigo externo, então repete-se uma vivência original.

Em *Inibição, sintoma e ansiedade* (1926), Freud afirma que angústia automática surge como uma reação a um perigo real, enquanto que a angústia neurótica, comparece frente a uma situação que pode não estar ligada a um perigo real, mas pressentida como tal, conforme vimos acima; desta forma, ela surge como um alerta, como um sinal, rememorando uma situação traumática, a fim de impedir que ocorra uma circunstância que leve o sujeito ao aniquilamento. Nesta nova concepção, a angústia deixa de ser o resultado de um movimento de defesa do Eu e passa a atuar como um dispositivo que sinaliza a aproximação de perigo, do qual trata-se da separação ou perda do objeto amado.

Freud em *Inibição, sintoma e ansiedade* (1926), faz uma articulação em torno da angústia com a perda do objeto, deixando nas entrelinhas que essa angústia é produzida frente a um perigo que se julga real e ameaçador, portanto, tem uma função de sinal, “não se pode achar que a angústia tenha qualquer outra função, afora a ser um sinal de evitação a uma situação de perigo” (FREUD, 1926, p. 156); o seu aparecimento seria uma forma de evitar a produção de uma neurose traumática. “A angústia, por conseguinte, é, por um lado, a expectativa de um trauma e, por outro, uma repetição dele de forma atenuada” (FREUD, 1996[1926[1925]], p. 161-162). Podemos entender que o “sinal tem a função de revelar a possibilidade de que uma situação de desamparo aconteça, cujo enigma, em tempos não sombrios, o sujeito recobre com a fantasia” (HERZOG, 1997, p. 87).

Desta forma, podemos destacar duas faces da angústia, a primeira gerada como uma reação traumática frente a um acontecimento marcante para o sujeito, podendo ser rememorada em acontecimentos futuros que tragam a lembrança da ação originária e a segunda, reproduzida como sinal frente a uma situação de perigo. Rudge faz a seguinte distinção:

O que singulariza, portanto, a angústia sinal, o que a diferencia da reação de angústia ou angústia automática? É o fato de que a angústia sinal é a angústia mitigada, inibida, que permite que os indícios do que é mal vindo possam ser reconhecidos e se tornarem manejáveis pelo pensamento. A antecipação é trabalho do pensamento que permite evitar uma angústia maior, o naufrágio na angústia (RUDGE, 2005b, p. 9).

Tendo em vista o que fora exposto acima, a angústia como reação a situações traumáticas, que revela um caráter da experiência de desamparo por parte do Eu e a angústia sinal como um alerta de defesa ao perigo eminente, advindo da rememoração de uma situação traumática, podemos então, refletir sobre o tema central de nosso estudo sobre a angústia deflagrada nos jovens que estão em serviço de acolhimento institucional.

De acordo com os estudos de Freud, a criança necessita dos cuidados de um semelhante que a invista afetivamente, a perda do amor desse que exerce a função materna, traz consigo a angústia do abandono e o estado de desamparo, conforme visto anteriormente nos estudos de Freud, em que ele afirma que “o perigo sentido pela criança, é o de perder o objeto protetor e de ser abandonado por aquele que a livra da situação de desamparo psíquico e motor (FREUD, 1925-1926/1996). Com isto, entendemos que os perigos internos se manifestam ao longo da vida de maneiras distintas, porém com a mesma intensidade, a separação ou perda de um objeto amado, remetendo sempre a uma situação de desamparo.

Winnicott trouxe para a psicanálise uma importante contribuição acerca de uma clínica psicanalítica fundamentada no cuidado; em seus estudos expõe a influência do ambiente e da relação do bebê com o Outro materno como fator primordial para o desenvolvimento do

psiquismo. Na fase da dependência absoluta (até os 6 meses de vida), “o bebê necessita de uma mãe que dê esteio ao nascimento e desenvolvimento das principais funções do Eu, quais sejam, a integração no tempo e no espaço, o encontro com os objetos do mundo externo e a unificação entre a vida psíquica e o corpo” (NASIO, 1995). Quando há uma falha nessa relação mãe-bebê, ou a privação dessa vivência, podem ocorrer o desencadeamento de estados patológicos:

[...] essa criança pode apresentar comportamentos desajustados, como; roubo, insônia; apresentam comportamentos de regressão, tendência antissocial, carência e até uma propensão a delinquência. Com o vínculo afetivo mal estabelecido o processo de holding fica prejudicado, processo esse que representa a capacidade da mãe de identificar-se com seu bebê, manipulá-lo, protegê-lo e segurá-lo; demonstrando sua forma de amor (WINNICOTT, 1958, p. 44-48).

Bowlby, a partir de sua história pessoal e do trabalho desenvolvido com crianças privadas do convívio materno, defende a importância para a saúde mental dos cuidados que a criança recebe nos primeiros anos de vida e quão essencial é para essa criança, ter a vivência de uma relação amorosa, íntima e contínua com a mãe; quando a criança não encontra esse tipo de relação ela vivencia a privação parcial ou total.

“1- Privação parcial; a criança vive com a mãe ou com uma mãe substituta permanente (inclusive parente) cuja atitude para com ela não é satisfatória; 2-Privação total; a criança perdeu a mãe (ou mãe substituta) por morte, doença ou abandono e não existem parentes para cuidar dela; 3-Privação total; a criança é retirada da mãe (ou mãe substituta permanente) e entregue a estranhos, pela justiça ou por outras organizações de assistência social ou de saúde pública” (BOWLBY, 2002 p. 74-75).

Em sua pesquisa com crianças institucionalizadas, Bowlby declarou que “[...] o bebê que sofre privação pode deixar de sorrir para um rosto humano ou de reagir quando alguém brinca com ele, pode ficar inapetente ou, apesar de bem nutrido, pode não engordar, dormir mal e não demonstrar iniciativa” (2002, p. 13). Ele afirma que

A privação parcial traz consigo a angústia, uma exagerada necessidade de amor, fortes sentimentos de vingança e, em consequência, culpa e depressão. Uma criança pequena, ainda imatura de mente e de corpo, não pode lidar bem com todas essas emoções e impulsos. A forma pela qual ela reage a estas perturbações em sua vida poderá resultar em distúrbios nervosos e numa personalidade instável. (BOWLBY, 2002, p.4).

A partir destes estudos, podemos compreender que a privação do amor materno na primeira infância, pode ter efeitos duradouros na constituição psíquica. Nesta dissertação, buscamos refletir sobre a realidade de crianças que foram privadas deste convívio e permaneceram no serviço de acolhimento até completarem a maioridade. Os motivos pelos quais foram encaminhadas para as instituições de acolhimentos são diversos, bem como a forma como cada uma organiza em si esse novo momento.

A fragilidade na construção de laços afetivos, a falta de confiança, a discriminação sofrida pela sociedade, o sucateamento do amparo que o Estado oferece, cujas situações os jovens viveram e foram até mesmo marcados, frente a toda gama de acontecimentos que os trouxera ali.

3 DESACOLHIMENTO INSTITUCIONAL OU ABANDONO?

Se as crianças e jovens, ao entrarem nas instituições, não sabiam seu destino, o mesmo ocorria no momento da saída.

Bernal

Este último capítulo busca fazer uma reflexão sobre os impasses do acolhimento institucional e as práticas de intervenções das equipes técnicas no preparo do adolescente, para o processo de desligamento do serviço de acolhimento, momento em que o jovem se depara com as situações da vida social sem um amparo institucional, o que gera muita angústia e preocupações. Consideramos não ter uma rede ampla de apoio para que eles possam se inserir no mercado de trabalho, ter moradia e relações que lhes favoreçam sua autonomia sem um retorno para uma vida institucionalizada.

É importante ressaltar, que o serviço de acolhimento consiste em uma medida de proteção integral, excepcional e provisória não resultando na privação de liberdade¹⁷. Sua principal função está pautada na preparação gradativa da criança ou do adolescente, para a reintegração familiar ou adoção, considerando os pressupostos do ECA. De acordo com Weber e Kossobudzki

A prática da internação traz grandes prejuízos, pois separa a criança de sua família e da comunidade e esta passa a pertencer a uma instituição. Na medida em que a instituição substitui a família, ocorre a perda da responsabilidade dos pais, mesmo que a instituição pregue o contrário (WEBER e KOSSOBUDZKI, 1996, p.45).

De acordo com o que fora referido acima, Altoé (2011), considera que “o abrigo indica que a instituição familiar foi considerada pelos órgãos competentes como incapaz, ao menos provisoriamente, para atender aos direitos fundamentais a que uma criança faz jus.”¹⁸ Com isto, podemos refletir sobre o quanto a internação nos abrigos reforçam a situação de vulnerabilidade, que o jovem vive em sua estrutura familiar.

Ao longo deste estudo, observou-se a dificuldade das entidades locais em desenvolver um trabalho de acompanhamento familiar, pautado na criação de planos e ações de fortalecimento de vínculos com a família e com a comunidade. Tal investimento, poderia minimizar o número de internações, visto que parte dos acolhimentos, ocorrem pela falta de

¹⁷ Art. 101 § 1º ECA.

¹⁸ Art.4º do ECA

recursos financeiros e estruturais de famílias que deveriam ser assistidas por programas sociais¹⁹.

Segundo pesquisa realizada pela fundação Abrinq com base nos dados do IBGE, o cenário da criança e do adolescente no ano de 2019, sinaliza que no Brasil 22,6% das crianças e adolescentes com idade entre 0 e 14 anos, vivem em situação de extrema pobreza, nesta pesquisa, a mortalidade infantil é o grande desafio a ser vencido no país e precisa ser reduzido pela metade até o ano de 2030. Constatou-se pelos dados que foram levantados, que os motivos mais citados para o abrigamento estão direta ou indiretamente relacionados à pobreza, fato paradoxal visto que o artigo 23 do ECA estabelece que

A falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do pátrio poder familiar. (Expressão substituída pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência§ 1º. Não existindo outro motivo que por si só autorize a decretação da medida, a criança ou o adolescente será mantido em sua família de origem, a qual deverá obrigatoriamente ser incluída em serviços e programas oficiais de proteção, apoio e promoção. (REDAÇÃO DE LEI Nº 13.257, 2016).

É importante firmar que embora a pobreza faça parte das histórias de muitas crianças e adolescentes, não pode ser considerada um motivo para o acolhimento institucional. Conforme dito anteriormente, deve-se promover a inserção da família em programas oficiais de auxílio e manter a criança em seu núcleo familiar.

O ECA determina, que o acolhimento deve acontecer apenas nas situações de graves riscos à integridade física e/ou psíquica da criança e do adolescente, ou quando há violação de seus direitos. O abrigamento institucional segundo a lei é o último recurso, pois entende-se que o afastamento pode trazer profundas implicações tanto para o jovem, quanto para a família e deve ser feito de forma a minimizar prejuízos ao seu processo de desenvolvimento.

O desacolhimento portanto, deve ser pensado segundo o ECA, desde o ingresso da criança ou jovem, visto que o abrigo é um lugar para curta permanência, pode ocorrer por motivos diversos: a reintegração familiar, a inserção em família extensa, a adoção e o nosso objeto de estudo neste capítulo, o desacolhimento por maioridade.

Entre as atribuições dos profissionais que trabalham nos centros de acolhimentos institucionais para crianças e adolescentes, está a preparação do jovem para o desligamento ao completar a maioridade, a condução para uma formação profissional e a inclusão do jovem em programas que o auxiliem a ingressar no mercado de trabalho, oportunizando uma vida autônoma em sociedade. Este processo de inclusão do jovem egresso na vida social, precisa ser

¹⁹ Refiro-me aos casos de abrigamento por extrema pobreza, em que o Estado percebe a criança/adolescente em risco de vida.

desenvolvido por uma rede de apoio, mas na prática torna-se um trabalho solitário das equipes técnicas, que buscam recursos na comunidade e até mesmo através de seus contatos pessoais, a fim de favorecer o

fortalecimento dos vínculos comunitários significativos, à ampliação do acesso à educação, à qualificação profissional e à progressiva autonomia do adolescente para o cuidado consigo mesmo e o cumprimento de suas responsabilidades. O atendimento deve favorecer a construção de projetos de vida e o fortalecimento do protagonismo, desenvolvendo gradativamente a capacidade do adolescente responsabilizar-se por suas ações e escolhas. (BRASIL, 2009, p.60).

Entendemos, que a rede se faz a partir de articulações políticas, que necessitam da conectividade com uma gama de serviços (organizações, movimentos sociais, comunidades etc.). É uma forma de trabalho coletivo, que indica a necessidade de ações conjuntas, compartilhadas, na forma de uma “teia social”, uma malha de múltiplos fios (LÍDIA, 2002). O trabalho em rede deve promover ações que possibilitem estruturar o vínculo da criança ou adolescente com a comunidade local em que está acolhido, “buscando manter os laços de família, vizinhança e convivência comunitária. Desse modo, as possibilidades são muito maiores de existir relações estáveis para a construção de uma história” (ALTOÉ, 2007).

O grande apoio no processo de desacolhimento institucional, é a rede na comunidade e no próprio abrigo. Ninguém sobrevive sozinho e toda a rede de apoio deve estar e se manter presente também na saída. O adolescente pode contar com as amizades de outras crianças e de adultos feitas no abrigo. Assim, há a possibilidade de se reavincular, sem o medo do abandono e de rupturas abruptas (GULASSA, 2010, p. 35).

Com a escassez de políticas públicas para a desinstitucionalização por maioria, os egressos que estão sem perspectivas de um lar para residir ao sair do abrigo, revivem a angústia do abandono. A notificação do desligamento, é um corte que marca uma nova etapa cercada de inseguranças e lembranças de situações traumáticas, que comparecem causando um grande impacto; por vezes sem rumo, sem as garantias e o amparo do Estado, os egressos retornam às situações de riscos que os trouxeram aos muros protetivos do ECA. Não há muitas escolhas, o que resta como possibilidades é: a vida nas ruas, o ingresso na criminalidade, o retorno às famílias (de base fragilizada), a permanência no abrigo trocando trabalho voluntário pelo sustento básico, uma solução possível, visto que o ECA não faz menção a um desligamento automático.

Para minimizar essas ações, que expõe o jovem muitas vezes à situações de riscos, o desligamento institucional deve ser gradativo, oportunizando ao acolhido a despedida tanto dos colegas, quanto dos profissionais, pois a “adolescência nos serviços de acolhimento institucional pode ser acompanhada de sentimento de perda, frente à aproximação da separação,

muitas vezes, do único referencial do qual o adolescente dispõe: os vínculos construídos na instituição” (PEREIRA apud BRASIL, 2013b, p. 79).

No preparo para o desacolhimento, conforme previsto no ECA art. 94 inciso X²⁰, o jovem deve ser incluído em programas de qualificação profissional que viabilize a sua inserção no mercado de trabalho, tendo em vista, a sua preparação para uma vida autônoma, esses direitos devem ser garantidos pelo poder público.

Segundo o Eca, ao completar a maioridade, os jovens devem viver por conta própria, mesmo que não tenham conseguido se qualificar profissionalmente. Neste sentido, consideramos de grande importância que haja um acompanhamento após o desligamento institucional. Conforme veremos mais adiante, há uma carência de políticas públicas dirigidas ao egresso, em especial àqueles que não possuem condições de sobrevivência fora dos centros de acolhimentos.

É importante reiterar, que a saída do serviço de acolhimento ao completar a maioridade, deve acontecer de forma gradual, objetivando a construção da independência do acolhido dentro de um trabalho em rede, a fim de favorecer a sua transição do meio institucional para a sociedade. Para aqueles que não possuem um local para residir após a saída do abrigo, foram criadas repúblicas como uma forma de desligamento gradual, cuja proposta, é orientar o jovem rumo a sua autonomia e autogestão. Elas foram idealizadas como um

Serviço de acolhimento que oferece apoio e moradia subsidiada a grupos de jovens em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social; com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados; em processo de desligamento de instituições de acolhimento, que não tenham possibilidade de retorno à família de origem ou de colocação em família substituta e que não possuam meios para autossustentação. Com a estrutura de uma residência privada, deve receber supervisão técnica e localizar-se em áreas residenciais da cidade, seguindo o padrão socioeconômico da comunidade onde estiverem inseridas, sem distanciar-se excessivamente, do ponto de vista socioeconômico, da comunidade de origem dos usuários. A república oferece atendimento durante o processo de construção de autonomia pessoal e possibilita o desenvolvimento de autogestão, autossustentação e independência. Possui tempo de permanência limitado, podendo ser reavaliado e prorrogado em função do projeto individual formulado em conjunto com o profissional de referência (CONANDA, 2009, p. 94).

Segundo determinação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), as repúblicas atendem jovens com uma faixa etária entre 18 a 21 anos de idade, comportando um número máximo de 6 moradores, “Os custos da locação do imóvel - no caso de imóvel alugado - e tarifas podem ser subsidiados e gradativamente assumidos pelos jovens

²⁰ propiciar escolarização e profissionalização

(CONANDA, 2009, p. 95). A república deve contar com uma equipe técnica capacitada para auxiliar o jovem em sua transição para a vida adulta.

Infelizmente nos deparamos com uma realidade distinta do que configura a legislação para o desligamento por maioridade, visto que não há um investimento na criação de repúblicas que visem atender esse público, muitos estados brasileiros não tiveram incentivo nesse projeto.

Frente a esta realidade, nos interessa refletir nesta dissertação, a angústia que emerge como causa do desacolhimento pelo futuro incerto, pela perda de referências e de laços afetivos, situações que podem reativar lembranças traumáticas de separações vividas pelo jovem.

Conforme vimos no capítulo II desta dissertação, Freud, ao escrever *Inibição, sintoma e ansiedade* (1926), sistematiza a angústia na segunda tópica como um sinal frente a reação de um perigo eminente, remontando a cena de uma situação primordial da vida do ser humano, relacionada à separação ou perda materna (objeto amado). A angústia é entendida como uma reação a uma ameaça de aniquilamento do sujeito, por uma determinada situação vivida como traumática, uma reedição do desamparo primordial. Em que

O período de desamparo psíquico é apropriado ao perigo de vida quando o ego do indivíduo é imaturo; o perigo da perda de objeto, até a primeira infância, quando ele ainda se acha na dependência de outros; o perigo de castração, Até a fase fálica; e o medo do seu superego, até o período de latência. Não obstante, todas essas situações de perigos e determinantes de angústia podem persistir lado a lado e fazer com que o ego a elas reaja com angústia num período ulterior apropriado. (FREUD, 1932 [1933], p. 166).

Estes jovens marcados pelas sucessivas separações e abandonos sofridos desde a tenra infância, com os afastamentos do núcleo familiar ou família extensa e transferências de Centros de acolhimentos, vivenciam um sentimento de rejeição, desamparo e angústia, sentem-se inseguros e despreparados para lidar com uma nova realidade e com a carência de políticas públicas específicas para o desligamento institucional.

É de suma importância a criação de políticas públicas que promovam “ações efetivas que ajudem a estes adolescentes a criar autonomia para gerir sua própria vida e, sair da condição de pobreza e violação de direitos que os colocou na instituição (ALTOÉ, 2011).

Os jovens sob a tutela do Estado e do Município, que atingem a maioridade e precisam enfrentar sozinhos a transição para a vida adulta, sem possuir os direitos sociais básicos, como alimentação, moradia e segurança, sofrem muitas vezes por parte da sociedade, descaso e discriminação. Apesar de terem o respaldo da lei, o ECA, na prática nem sempre se dá como preconizado. Ao completar dezoito anos de idade, os recém-egressos já não são mais protegidos pelo Estatuto e quando ocorre seu desligamento institucional, defrontam-se com uma situação de desamparo social e psíquico frente ao seu novo contexto.

Se o Estado mantém — como manteve e mantém até hoje—alguns milhares de crianças e adolescentes sob sua tutela por período médio de 12,3 anos e não consegue cumprir a mais elementar das obrigações, que é dotar essas crianças de um cabedal de conhecimentos culturais, intelectuais e técnico-científico que lhes permita conquistar a emancipação e a autonomia, no sentido de poderem assumir responsabilidade sobre suas próprias vidas, isso é o atestado final da ineficácia e da falência das políticas públicas de custódia de crianças e de adolescentes. (SILVA,1997, p. 60)

A inexistência de políticas públicas que atenda a demanda dos jovens que são desinstitucionalizados ao completarem a maioridade, reforça ainda mais este quadro de desamparo social, os abrigos tentam dar conta desta demanda através dos vínculos criados com a comunidade, contando com ações de solidariedade que muitas vezes chegam como apadrinhamentos (financeiros ou afetivos), uma forma paliativa de auxiliar o jovem em seu processo de socialização.

O desacolhimento institucional por maioridade, não deve suscitar em falta de assistência, o egresso deve dispor dos serviços garantidos pelo Estado, pois precisará de recursos para gerir sua vida de forma independente; Constantino é enfático ao afirmar, que “[...] não há uma preparação do jovem acolhido para a vida comunitária e familiar, quer do ponto de vista da profissionalização para o trabalho, quer do afetivoemocional para a convivência com os outros” (CONSTANTINO, 2000, p.29).

No entanto, devemos levar em consideração que apesar das dificuldades aqui apresentadas, os abrigos de uma certa maneira cumprem com o objetivo de garantir proteção e amparo aos acolhidos, mas é muito importante que desenvolvam práticas que auxiliem na singularidade da criança ou do jovem “e que seja capaz de oferecer uma estrutura adequada, que garanta o acolhimento e o desenvolvimento socioafetivo das crianças e dos adolescentes, num momento particularmente difícil de suas vidas (ALTOÉ et al., 2011).

No cotidiano dos abrigos é comum encontrarmos barreiras, que se impõem a abertura de espaços importantes, para que o acolhido possa expressar as suas angústias, tristezas e a elaboração de sua agressividade, na dinâmica diária dos abrigos o coletivo tende a ocupar o lugar do subjetivo, é um meio de facilitar a organização das práticas diárias na lida com os acolhidos.

Esta forma de anulação do sujeito, traz a cena um assunto que gostaria de tratar de forma breve, porém pontual, visto que esta foi uma das questões que me trouxera incômodo durante o desenvolvimento desta pesquisa, a dificuldade do acolhido em expressar um querer, ou de sequer ter um, ele tem um representante que pode estar na figura do educador, da equipe técnica ou do diretor do abrigo, uma voz institucional que fala por ele, pois esta é a maneira mais fácil

de se organizar a rotina dentro do abrigo, desconsiderando a importância de que haja em alguns momentos, a adequação das necessidades individuais dos acolhidos.

Altoé (2011), sinaliza que tal questão ao ser levantada, esbarra com implicações relacionadas a “dimensão do sujeito em todo acontecimento institucional”, o que requer modificações que atingirão toda a dinâmica interna do abrigo, segundo ela, a visão da singularidade no serviço de acolhimento exigirá “que se faça um trabalho constante de reflexão com os adultos que atuam nos estabelecimentos”.

Ao tratar sobre as possíveis contribuições da psicanálise em abrigos, Altoé (2010), destaca a noção de sujeito de direito e sujeito de desejo, problematiza sobre o lugar que esse jovem ocupa na sociedade, na família e nas instituições de acolhimento, pois “o sentimento que a criança ou o jovem tem de seu lugar no mundo é igualmente ligado à maneira na qual ele tem contado, sido importante ou não, para alguém, sem ter de se apagar como sujeito”, ressalta que essa situação se lança como repetição na cena institucional.

A abordagem psicanalítica permite que a criança ou jovem seja percebido na sua subjetividade, na sua história, e não reduzido aos seus problemas, déficits ou carências, como indica a denominação "criança carente". E abre a possibilidade de intervir no nível da compreensão dos conflitos permitindo evitar que se tomem medidas precipitadas ou intempestivas com as crianças com consequências difíceis na relação com o adulto e, também na dinâmica institucional (ALTOÉ, 2010, p. 54).

Em nossa condição humana, lidamos com os impasses da constituição subjetiva, submetidos ao primado do simbólico e às leis genealógicas, somos sujeitos de direito e sujeitos de desejo. Como tal somos inscritos na ordem da filiação, adquirindo um nome que está ligado a uma história geracional, “o Nome é um vínculo simbólico institucional que canaliza cada sujeito em sua relação ao universal, fala dele antecipadamente em sua cultura, faz ponto de junção entre a linguagem e o sujeito” (MOUGIN-LEMERLE, 2011, p. 10). Como escapar ao legado do nome e toda carga que ele traz como herança? Assim somos marcados em nossa cultura, Cazoux-Charles, na citação abaixo traz um questionamento a respeito desse tema

Como fazer para escapar à tragédia e ao destino do nome? Vários campos da intervenção devem ser distinguidos: 1. a mudança de nome pela ruptura do laço da filiação (adoção, negação de paternidade ou anulação do registro da criança); 2. a destituição do nome (retirada do poder familiar); 3. o afastamento do nome (casamento, divórcio, delegação de poder familiar, acolhimento institucional, familiar e direito de visita e pernoite). (CAZOUX-CHARLES, 2007, p. 133).

A separação da família pode causar “dificuldades numa função que é essencial para a construção subjetiva: a de oferecer um lugar na genealogia familiar e, conseqüentemente, no que se denomina transmissão da filiação” (ALTOÉ et al., 2011).

Os jovens que estamos tratando nesta dissertação, estão de alguma forma destituídos desse lugar de direito que o nome oferece, sem posse de sua história e de suas referências, vivem entre os muros das instituições de acolhimento e as ruas.

A perda da tutela do Estado e da proteção legal que o ECA oferece ao completar a maioridade, os remetem à angústia a qual vimos tratando em Freud, ao excesso não simbolizável que nos lança ao aniquilamento, sem um amparo que os auxiliem no escoamento de algo tão grandioso e pulsante, transformando esse jovem em um trágico personagem sempre tentando compreender e interpretar as motivações desconhecidas que o governam. (BEZERRA, 1989, p. 232).

Ao serem desacolhidos, defrontam-se com uma situação de desamparo legal, econômico e emocional, revivem nesse desenlace social toda a desestrutura que os levava ao serviço de acolhimento. Percebem-se incapacitados para uma vida fora dos abrigos, pois sentem-se compelidos a enfrentar grandes responsabilidades as quais não foram bem preparados, precisam de forma urgente desenvolver um querer para fazer escolhas, ter voz, pois já não há mais a figura do representante institucional e acima de tudo carregar consigo o estigma social de um abrigado.

O meu contato com os abrigos, a VIJI e leituras de pesquisas que trabalham este tema, foi possível observar que é comum a evasão do jovem pouco antes de completar a maioridade, a expectativa por esse momento e o medo de reviver novamente o abandono, os levam a uma movimentação no sentido de não ficar na espera da angústia que já sinaliza a sua chegada.

Essa angústia também é vivenciada pelos profissionais dos abrigos e das VIJIS, diante da ausência das redes de proteção para os jovens que estão fazendo a transição do serviço de acolhimento para a sociedade. Frente a esses desafios, com escassas políticas públicas para os egressos, as equipes dos abrigos devem trilhar os caminhos possíveis para que estes jovens tenham acesso aos programas disponíveis no município e ferramentas essenciais para a conquista da autonomia. Porém, nem sempre é possível devido à realidade da maioria das instituições, as poucas verbas destinadas acabam por cobrir as necessidades estruturais, deixando de assistir programas importantes para o desenvolvimento e autonomia dos jovens.

Penso que das áreas de atuação do campo jurídico, uma das mais complexas e desafiadoras é a área da infância e juventude, em meu convívio com os profissionais que estão diretamente ligados a essa área, pude ouvir relatos sobre a dor na escuta de casos com histórias penosas e de extrema urgência para uma solução, dos atravessamentos jurídicos que se impõem mediante a uma postura administrativa, frente a cumprimentos de prazos nos processos a serem

despachado e nas medidas protetivas, bem como o despreparo de alguns profissionais que trabalham nos conselhos tutelares.

Atento que o dia a dia nos tribunais de justiça denotam o quão distante está a realidade da previsão legal. A demanda de trabalhos delegados a estes profissionais implicam em uma série de atribuições impostas no ECA que necessitam de elaboração, prazos flexíveis e profissionais que complementem uma interdisciplinaridade e um trabalho em rede, o que na prática não acontece.

Há uma grande demanda e muita pressão, encargos que envolvem vidas tão sofridas e que por uma incumbência administrativa são tomadas decisões de ordem prática, em busca de soluções em um curto prazo de tempo. Tal praticidade objetiva a redução de casos restringindo cada história em números processuais. Volto a abordar o tema sobre o nome, algo tão caro e que nos reporta às nossas raízes genealógicas, nomes que perdem a sua essência histórica e se transformam em números, que nos classificam e nos sequenciam dentro de um sistema identificatório. Dos nossos egressos e suas histórias? Serão meras histórias catalogadas por números processuais, destinadas ao confinamento dos arquivos públicos.

Chego ao final dessa dissertação, abordando um tema ao qual me deparei no decorrer da pesquisa, um tema que me trouxe reflexões quanto as minhas expectativas iniciais, que visava somente tratar sobre a angústia dos acolhidos, porém neste momento, achei pertinente dedicar um espaço para refletir na angústia extramuro dos abrigos, a angústia que assola as equipes técnicas que atuam nos bastidores dos abrigos e das varas de infâncias, frente ao desacolhimento por maioria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve início a partir das dificuldades, que encontrei ao desenvolver um projeto de educação psicomotora, em uma comunidade localizada no município de São João de Meriti. Vislumbrei no mestrado profissional de Psicanálise e Políticas Públicas da UERJ, a possibilidade de obter conhecimentos teóricos no campo da psicanálise a fim de adquirir recursos para oferecer um atendimento de qualidade para esta população.

O desenvolvimento deste projeto de psicomotricidade suscitou em mim inúmeros questionamentos acerca das situações de desamparo e angústia, o que de fato acabou sendo um propulsor para iniciar a minha jornada acadêmica. Farei a seguir algumas considerações acerca do que foi pesquisado, bem como questões despertadas durante o desenvolvimento deste estudo, abrindo um novo caminho que poderá ser trilhado em um projeto para o doutorado.

Ao longo desta pesquisa, foi possível observar a fragilidade das políticas públicas, que foram criadas para atender a população que vive o abandono. A ausência de ações preventivas, que possam mapear e assistir essas famílias com indicadores de um quadro de vulnerabilidade social, seria a condição para diminuir o sofrimento dessa população, além de reduzir o índice de extrema pobreza, violência urbana e baixa escolaridade.

Temos na história de nosso país a criação de políticas públicas emergenciais, para atender uma população que vive em situação de extrema precariedade e que tende a crescer, uma política que infelizmente não alcança a todos, o que reforça ainda mais a situação de desamparo social vivida por inúmeras famílias brasileiras.

Este quadro social de extrema pobreza tem origem em nossa história de colonização, como mostro no primeiro capítulo. Vimos que com o fim da escravidão (1888), não foram criadas políticas públicas que favorecessem a crescente população de escravos libertos, que passaram a viver em situação de abandono.

Neste período já haviam rumores de uma lei que seria criada para a libertação dos mesmos, visto que o Brasil estava sendo pressionado para tomar esta decisão; não houve no entanto, uma ação preventiva em prol dessa nova população em situação de extrema urgência, criando recursos básicos para que pudessem viver de forma digna, além de não haver reconhecimento pela participação direta desta população, que tanto contribuiu para a construção e o progresso de nosso país.

No desenvolvimento desta pesquisa, foi possível entender que o abandono no Brasil tem um histórico marcado desde a sua colonização. Passaram-se quatro séculos, para o sancionamento do primeiro código que legitima o lugar de direito da criança e do adolescente²¹.

²¹ Código de Melo Matos, foi sancionado o primeiro código de assistência ao menor, em 1927. Visando atender todos aqueles que são considerados grupo de exclusão com idade abaixo de 18 anos.

A construção de leis e políticas públicas para essa população, galgou a passos lentos até chegar ao ECA.

Conhecer um pouco mais da história de nossas origens e entender a trajetória da construção de políticas públicas, de amparo às famílias que se encontram em estado de vulnerabilidade social, despertaram reflexões que me levaram aos estudos de Freud sobre o desamparo e a importância do Outro materno para a constituição psíquica do bebê, um tema discutido por autores como Rank, Wallon e Winnicott.

Rank traz à cena o nascimento como um fator importante para a geração da angústia, visto que a separação do bebê do corpo materno acarreta uma série de informações sensoriais invasivas, trazendo um extremo desconforto que conseqüentemente irá gerar um trauma no ato do nascimento. Wallon teoriza acerca do neurodesenvolvimento e da dialética tônica mãe-bebê, que se faz de extrema importância para a saúde física e emocional no processo de constituição subjetiva.

Winnicott, complementa ao tratar sobre a clínica do cuidado, trazendo um elemento a mais, que é a importância de um ambiente suficientemente bom, representado pela mãe ou substituto materno e a sua influência no desenvolvimento psíquico e nas relações sociais que o sujeito irá travar ao longo de sua vida.

Todos estes estudiosos, que construíram suas bases teóricas fundamentadas nas pesquisas psicanalíticas de Freud, consideram a importância da figura materna e os seus cuidados como primordiais para a constituição psíquica do bebê. No *Projeto para uma psicologia científica* (1950 [1895]), Freud trata o desamparo como consequência do excesso de estímulos (endógenos e exógenos), que o corpo imaturo do bebê sofre diante de suas demandas, é o Outro materno que com sua presença conforta e acolhe. Essa situação originária do desamparo se presentifica em outros momentos da vida do sujeito, a angústia comparece como um mecanismo de defesa do Eu, sinalizando que uma situação eminente pode levar o sujeito a ficar desamparado.

O objeto de estudo desta dissertação se refere a angústia de crianças e jovens que estão no serviço de acolhimento institucional, que por motivos diversos foram afastados do convívio familiar, tendo como fonte de geração de angústia o desacolhimento institucional por maioria. Conforme vimos, no capítulo III, a maior causa de abrigamento no Brasil ainda ocorre devido a extrema pobreza, sendo ela muitas vezes um impedimento para que os pais possam exercer suas funções.

Considerando os estudos realizados por Freud sobre o desamparo e a angústia, podemos refletir que tal situação não se restringe somente aos acolhidos, mas afetam também as suas famílias, que se apresentam com um histórico de desamparo social e psíquico.

Ao finalizar este estudo dou-me conta do grande aprendizado que obtive durante o meu percurso no Mestrado Profissional, alcancei muito mais do que idealizava ao iniciar esta pesquisa. O conhecimento psicanalítico e a mudança na minha forma de atuação no campo psicomotor, me auxiliaram na escuta de histórias tão sofridas e traumáticas trazidas pelos acolhidos que participaram deste projeto, bem como partilhar dos momentos de angústias dos profissionais que compõe as equipes técnicas frente aos trâmites burocráticos. E sobretudo, acreditar na flexibilidade do ser humano de se reinventar a cada momento, em especial, no fechamento de um ciclo ao completar a maioridade e iniciar uma nova fase fora do abrigo numa vida social mais ampla.

A saída do abrigo ao completar dezoito anos de idade, com as incertezas de como será a vida no mundo social sem o amparo do Estado e com a escassez de políticas públicas que deveriam mediar a inserção social desses egressos, evocam a angústia gerada pelo desamparo, rememorando a história de abandonos e construções frágeis de vínculos, trazendo à tona, questionamentos sobre o seu lugar no mundo e na vida de um outro.

Ao refletir sobre as condições de preparo para o desacolhimento por maioridade foi possível observar nos abrigos, que tive contato, as constantes evasões dos acolhidos pouco antes de completarem dezoito anos de idade. Tal fato trouxe-me questionamentos por se tratar de situações recorrentes. Penso que as evasões ocorram no intento do jovem evitar um outro abandono, ao evadir ele sai do lugar de passividade e busca ser um agente dessa mudança.

Os abrigos deveriam garantir aos acolhidos cuidados que atendessem as suas necessidades básicas e afetivas, porém, na prática diária torna-se inviável, visto que há uma desproporção na quantidade de cuidadores para o número de crianças institucionalizadas e mediante esta realidade, os profissionais priorizam as demandas de necessidades básicas, tais como: higienização e alimentação. A atuação do psicanalista nas instituições de acolhimento, ressaltaria a importância de ser trabalhada a singularidade dos acolhidos como função básica e essencial para o desenvolvimento psicossocial.

Vejo a importância em refletir sobre um tema, que foi despertado ao final desta dissertação e que certamente abre novos caminhos a serem trilhados em busca de respostas. Considerando que o desamparo se faz presente ao longo de nossa existência e comparece como repetição de situações vividas, considero importante que sejam realizadas pesquisas sobre o processo de inserção social e os seus efeitos no sujeito, que teve o abrigo institucional como casa desde o seu nascimento e ao completar a maioridade perde as garantias protetivas do Estado ao ser desacolhido.

REFERÊNCIAS

ALTOÉ, S. Infâncias perdidas: O Cotidiano nos internatos prisão, 3.ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2014.

ALTOÉ, S. Menores em tempos de maioridade: do internato-prisão à vida social. Rio de Janeiro: Universidade Santa Úrsula, 1993.

ALTOÉ, S. De “Menor” a presidiário: Trajetória inevitável? Rio de Janeiro: Universidade Santa Úrsula, 1993.

ALTOÉ, S. A Psicanálise pode ser de algum interesse no trabalho institucional com crianças e adolescentes? In: (Org). Sujeito do direito, sujeito do desejo: direito e psicanálise, Rio de Janeiro: Revinter, 1999.

ALTOÉ, S; SILVA, Magali; PINHEIRO, Bruna Sares. A inconstância dos laços afetivos na vida das crianças e adolescentes abrigados. In: Revista Psicologia Política. Versão online ISSN 2175-1390, 2011.

ARIÈS, Philippe. História Social da Criança e da Família, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

AZEVEDO, Aluísio. O Cortiço. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2017.

BRASIL. (2009). Orientações técnicas: Serviço de Acolhimento para crianças e adolescentes. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente: Brasília, 2009.

BRITO, Leila Maria Torraca de. Criança – Sujeito de direito nas varas de família? In ALTOÉ, S. In (Org.). Sujeito do direito, sujeito do desejo: Direito e psicanálise. 3.ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2010, p. 77-88.

COSTA, Teresinha. Psicanálise com crianças. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

ELIA, Luciano. O conceito de sujeito. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007a.

ELIA, Luciano. O sujeito da psicanálise e a ordem social. In ALTOÉ, S. In (Org.). Sujeito do direito, sujeito do desejo: direito e psicanálise. 3.ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2010, p.135-144.

ELIA, Luciano. O sujeito – ainda e sempre em questão. In ALTOÉ, S. In (Org.) A lei e as leis – Direito e psicanálise. Rio de Janeiro: Revinter, 2007, p.87-96.

FREUD, Sigmund. Rascunho B: A etiologia das neuroses. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago. Originalmente publicado em 1893), vol. 3.

FREUD, Sigmund. Rascunho E: Como se origina a ansiedade. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1894, vol. 3.

FREUD, Sigmund. Projeto para uma psicologia científica (1950 [1895]). Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996, vol. 1.

FREUD, Sigmund. Análise de uma fobia em um menino de cinco anos (1909). Edição Standard brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1909), vol. 10.

FREUD, Sigmund. Sobre o narcisismo, uma introdução (1914). Edição standard das obras completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v.14.

FREUD, Sigmund. Conferências introdutórias sobre psicanálise: Conferência XXV: A ansiedade. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1917), vol. 16.

FREUD, Sigmund. Além do princípio do prazer (1920). Edição standard das obras completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v. 18.

FREUD, Sigmund. Inibição, sintoma e angústia (1925). Edição standard das obras completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v.20

FREUD, Sigmund. O futuro de uma ilusão (1928). Edição standard das obras completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v. 21.

FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização (1929/1930). Edição standard das obras completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v. 21.

GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. Freud e o inconsciente. 23.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

GUYOMARD, Patrick. A Lei e as leis. in ALTOÉ, S.(Org.). A Lei e as leis: Direito e psicanálise. Rio de Janeiro: Revinter, 2007, p. 1-61

JORGE, Marco Antônio Coutinho. Fundamentos da psicanálise de Freud a Lacan, v.1: As bases conceituais. 5.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

JORGE, Marco Antônio Coutinho. Fundamentos da psicanálise de Freud a Lacan, v.2: As bases conceituais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

LAPLANCHE, J. Problemáticas I: a angústia. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998

MOUGIN-LEMERLE, R. Sujeito do direito, sujeito do desejo. in ALTOÉ, S. (Org.). Sujeito do direito, sujeito do desejo: direito e psicanálise. 3.ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2010, p.1-15.

NAZIO, Juan-David. O Prazer de ler Freud. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente, Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

ROSA, M. D. A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento. São Paulo: Escuta, 2016.

ROSA, M. D. Uma escuta psicanalítica de jovens da periferia. In: ALTOÉ, S. (Org.) A lei e as leis – Direito e psicanálise. Rio de Janeiro: Revinter, 2007, p.183-194.

ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel. Dicionário de Psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

THÉRY, Irène. Novos direitos da criança – a poção mágica. In: ALTOÉ, S. (Org.). Sujeito do direito, sujeito do desejo: Direito e psicanálise. 3.ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2010, p. 135-162.

WINNICOTT, D. A Criança e o seu mundo. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

WINNICOTT, D. Privação e delinquência. São Paulo: Martins Fontes, 1999.